

EXTRA

CLASSE-ORG-BR

ANO 24 | Nº 233 | MAIO DE 2019

ENTREVISTA

Alcy Cheuiche fala sobre seu romance histórico *O velho marinheiro*

ECONOMIA

A crise e o desemprego se agravam, mas o governo segue com sua política de contenção



Polícia fora de controle

As polícias brasileiras matam civis como em nenhum outro lugar do mundo, e as vítimas, 17 por dia, são, na sua maioria, jovens, negros, moradores da periferia e sem envolvimento com o crime

EDITORIAL

04 ENTREVISTA

Alcy Cheuiche fala sobre a vida do Almirante Tamandaré em *O velho marinheiro*

08 EDUCAÇÃO

No RS, 40% das instituições de ensino não dispõem de bibliotecas nem espaços de leitura

10 ECONOMIA

Sem propostas para superar a crise e o desemprego, o país amarga os piores indicadores

12 POLÍTICA

Prefeito de Porto Alegre repete a antiga prática política de troca de cargos por apoio

14 ESPECIAL

Em 2018, 6.160 pessoas foram mortas por policiais civis ou militares em serviço no país

19 ENSINO PRIVADO

Manutenção de direitos e reposição da inflação marcam negociações coletivas

22 INTERVALO

Comunidade Kaingang produz documentários sobre o cotidiano da aldeia

23 ROLIM

Prevenindo a violência nas escolas

24 ARTE +

A desarticulação dos territórios tradicionais e a resistência dos quilombos urbanos

Licença para matar

Um alerta da Comissão Interamericana de Direitos Humanos – vinculada à Organização dos Estados Americanos (OEA) – oferece um amplo panorama sobre a violência policial que explodiu no país nos últimos tempos, especialmente após a ascensão de Jair Bolsonaro à presidência da República e Wilson Witzel ao governo do Rio de Janeiro – apenas para citar dois exemplos mais gritantes de autoridades do PSL que governam com o dedo no gatilho.

No Brasil, a polícia mata civis – jovens e negros, na sua maioria – como em nenhum outro país do mundo, a uma média de 17 pessoas por dia. Apenas no primeiro bimestre de 2019, foram registradas 305 mortes no Rio de Janeiro em consequência de intervenções de policiais civis e militares. A PM carioca é a que mais mata no país: nove pessoas por 100 mil habitantes. No Rio Grande do Sul, em 2018 foram 140 registros, cujas vítimas da letalidade policial nada tinham a ver com o mundo do crime. Enquanto esta edição estava sendo concluída, uma operação da Coordenadoria de Recursos Especiais (Core) da Polícia Civil resultou na morte de oito pessoas no Complexo da Maré, no Rio de Janeiro, mesmo estado em que, durante o final de semana de 4 de maio, o governador Witzel subiu num helicóptero acompanhado de atiradores de elite em uma atabalhoada operação do Core para atirar a esmo sobre bairros de Angra dos Reis e acabaram alvejando uma barraca de evangélicos em retiro. Diferentemente do que costuma acontecer quando a polícia dispara contra a população civil, neste caso ninguém saiu ferido.

DESMONTE – Enquanto o governo federal joga com a ameaça de cortes de verbas das

universidades públicas e aprofunda a patrulha ideológica contra professores com a clara intenção de abrir caminho para os negócios privados na educação, aumentam os prejuízos para o ensino de qualidade. A menos de um ano para a vigência da Legislação federal que prevê a universalização das bibliotecas nas instituições de ensino, 40% das escolas não dispõem desses espaços, seja no setor público ou privado, e muitas contam com os esforços dos próprios professores para a viabilização de um recurso tão fundamental para o processo de ensino e aprendizagem – como aborda matéria desta edição. Em economia, sem propostas para superar a crise e o desemprego em alta, o país amarga os piores indicadores das últimas décadas, enquanto a equipe econômica do governo segue firme com suas políticas de contenção.

LITERATURA – Na entrevista do mês, o escritor gaúcho Alcy Cheuiche fala sobre sua mais recente obra, *O velho marinheiro – A história de vida do Almirante Tamandaré*, e avalia a importância do romance histórico na sua carreira literária, que começou em 1967, com *O gato e a revolução*, livro apreendido pela ditadura militar. Esse gênero literário, diz o escritor, proporciona uma narrativa realística dos personagens sem perder de vista o compromisso com a História. É dessa forma que Cheuiche reconstitui fatos da vida de Tamandaré, patrono da Marinha, amigo de Dom Pedro II e da Princesa Isabel que, apesar de ter sufocado os principais levantes populares de sua época, era um abolicionista convicto.

Boa leitura!

CORREÇÕES – Pedimos desculpas aos leitores pelos erros na grafia ocorridos na última edição nas palavras “trajetória”, em uma das chamadas de capa, e “paralisação”, em título da página 20. Contamos com a compreensão de todos e estamos empenhando todos os esforços para que erros como esses não se repitam.

EXTRA
CLASSE-ORG-RR

REDAÇÃO: extraclasse@sinprors.org.br

Editora-chefe: Valéria Ochôa

Editores Executivos: Gilson Camargo e Valéria Ochôa

Redação: César Fraga, Edimar Blazina, Gilson Camargo e Valéria Ochôa

Colaboradores: Cristina Ávila, Flávia Bemfica, Flávio Ilha, José Weis, Lucas C. Roxo e Matheus Chaparini

Colunistas: Luis Fernando Verissimo, José Fraga, Marco Aurélio Weissheimer e Marcos Rolim

Diagramação e Arte: Fabio Edy Alves/Bold Comunicação

Projeto Gráfico: Bold Comunicação e D3 Comunicação

Fotografia: Igor Sperotto

Ilustração: Rafael Sica e Ricardo Machado

Charge/Cartum: Edgar Vasques, Rafael Corrêa e Santiago

Revisão: Press Revisão

Comercialização: 51. 4009.2981

Impressão: Zero Hora

Tiragem desta edição: 25 mil exemplares

Telefones da Redação: 51. 4009.2980/2982/2983/2985

* O conteúdo dos artigos de opinião e matérias assinadas são de exclusiva responsabilidade de seus autores.

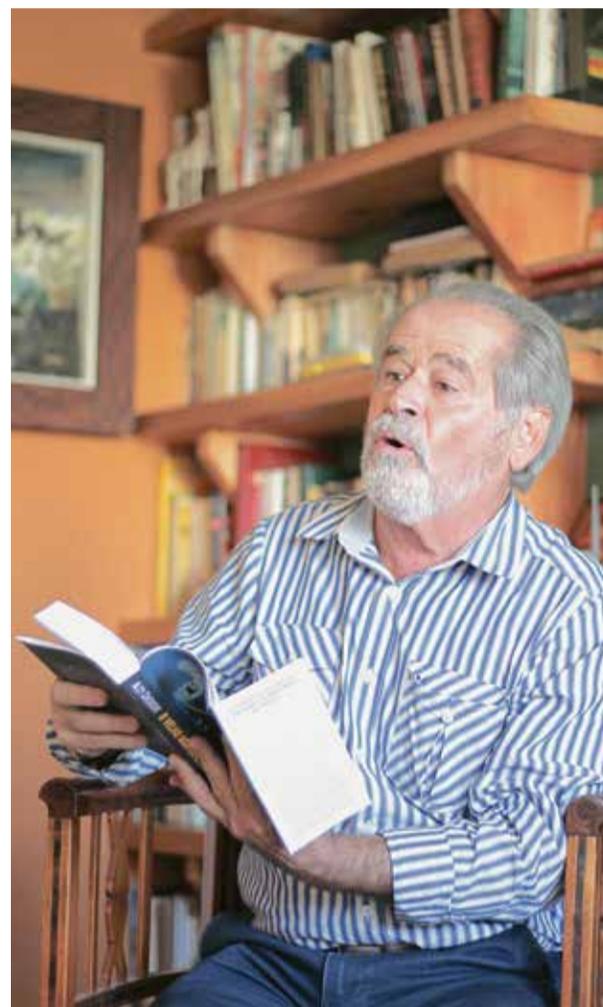
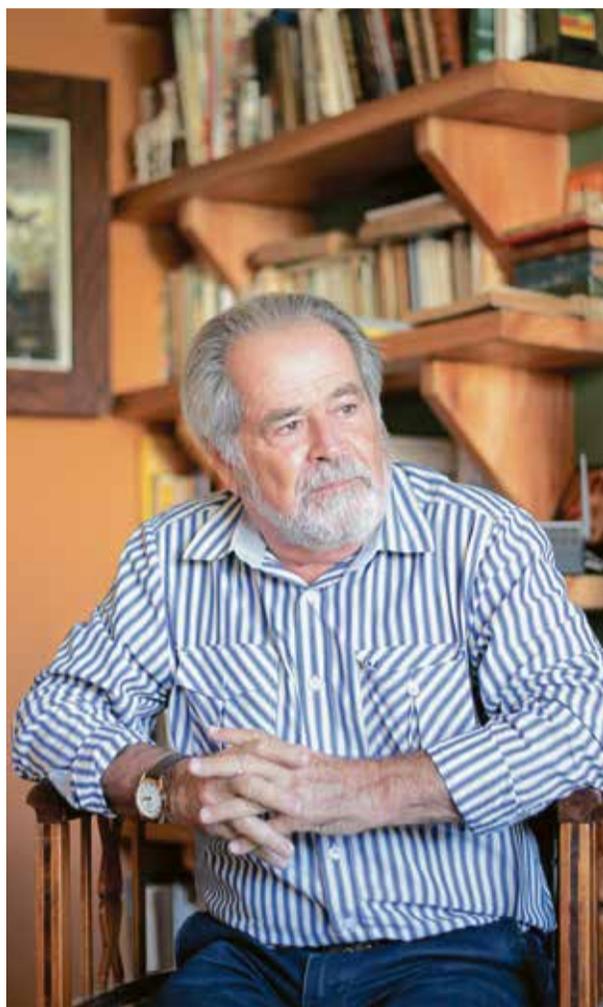
Publicação mensal do Sindicato dos Professores do Rio Grande do Sul – Sinpro/RS, filiado à CUT e Contee

Av. João Pessoa, 919 | CEP 90.040-000 | Porto Alegre | RS | Fone 51. 4009.2900

extraclasse.org.br

fb.com/jornalextraclasse

Tamandaré, o homem e a lenda



Fotos: Igor Spacotto

por Gilson Camargo

Injetar sangue nas veias dos personagens. Essa é a síntese do romance histórico na definição do escritor gaúcho Alcy José de Vargas Cheuiche, autor do recém-lançado *O velho marinheiro – A história de vida do Almirante Tamandaré* (L&PM, 360 p., 2018). Desde seu primeiro livro, *O gato e a revolução*, lançado em 1967 pela Sulina e censurado pela ditadura, até *Nos céus de Paris – O romance da vida de Santos Dumont* (L&PM, 1998), e agora na saga de Joaquim Marques Lisboa, o autor persegue esse gênero literário – no qual a narrativa ficcional está condicionada a fatos históricos. Assim como fez com o *pai da aviação*, ao contar a saga do *patrono da Marinha*, Cheuiche expõe a figura humana por trás dos mitos e heróis nacionais quando recria fatos e ambientes nos mais diferentes lugares do Brasil e também na Inglaterra, França, Uruguai, Argentina e Paraguai. O livro reconstitui a vida do Almirante Tamandaré, “um abolicionista convicto”, e revela em plena ação os personagens que marcaram todo o século XIX, a começar por Dom Pedro II e a Princesa Isabel. E explica o golpe de Estado que derrubou a monarquia. Nascido em Pelotas, em 1940, Cheuiche tem 30 livros publicados no Brasil e em outros países, a exemplo de *Ana Sem Terra* e *Sepé Tiaraju*. No início de abril, o escritor, conferencista, tradutor e orientador de oficinas literárias recebeu o *Extra Classe* para falar de *O velho marinheiro*. A seguir, trechos da entrevista, que será publicada na íntegra no extraclasse.org.br

Extra Classe – Por que um romance histórico sobre Tamandaré?

Alcy Cheuiche – A gênese de *O velho marinheiro* é a seguinte. Em 1998, eu publiquei *Nos céus de Paris* e, naquela ocasião, não procurei a Força Aérea Brasileira, nada. Por acaso, dois livros meus foram publicados na época na Alemanha, *Ana Sem Terra* e o *Sepé Tiaraju – Romance dos Sete Povos das Missões*. Então, eu aproveitei que lá eles têm a gentileza de pagar todos os direitos da edição à vista assim que o livro sai e fiz a pesquisa essencial do Santos Dumont. É um livro que me deu muitas alegrias e, inclusive, eu recebi a medalha Santos Dumont da Aeronáutica. Há uns três anos, fiz uma palestra em Brasília sobre Santos Dumont, a convite da embaixada da Polônia. Fizeram um megaevento, convidaram todas as embaixadas, a comunidade cultural do Brasil e, evidentemente, a Força Aérea, o Exército e a Marinha brasileiros. Quando eu terminei a palestra, o chefe da Comunicação Social da Marinha, Almirante Rocha, foi um dos primeiros a me abraçar e disse: ‘Bom, agora é a vez do Tamandaré’.

EC – Quais eram tuas referências sobre o almirante?

Cheuiche – Este livro tem pra mim algo diferente, porque eu não estava me preparando, até não sabia nada sobre o Tamandaré, sabia o que todo mundo sabe, que ele foi patrono da Marinha, uma figura histórica importante. E só. Disse isso com toda a franqueza. Tratamos essencialmente de uma coisa: já que a Marinha quer, que abram a caixa-preta, quero entrar lá, saber tudo, qualquer coisa que me interesse na pesquisa eu não vou sair a procurar por aí, vou direto para os arquivos e conversar com os historiadores da Marinha, porque a diferença do romance histórico é essa, não tem ficção, a gente põe é sangue nas veias dos personagens. Recria a vida. O personagem está vivo, ele não é uma estátua nem um nome de rua, é um ser humano. Se eu não consigo transmitir isso, então não é romance histórico. Então eu botei dois planos, em um ele fala e em outro eu conto.

EC – Qual é a técnica, essencialmente?

Cheuiche – Comecei a fazer isso agora? Não. Se tu olhares *O gato e a revolução* (1967), já eram capítulos curtos que vão se ligando pra formar a história. Eu sigo a orientação do Sartre: escrever para o leitor. Quem foi meu aluno sabe, eu estou sempre pregando isso. Tu não escreve pra ficar famoso nem pra ganhar prêmio, dinheiro tem que ganhar pra sobreviver, mas carreirista não funciona na arte, isso aí o cara pode ser genial, mas não é o caminho. Quer dizer, o que nós temos que fazer é escrever para o leitor, que ele pegue o livro e vá até o fim, com prazer, leia e releia...

EC – E a Marinha abriu os arquivos para a tua pesquisa?

Cheuiche – A Marinha me deu carta branca, como se diz, dessa vez não tive nenhum tipo de censura. Não me disseram, ‘ah teu livro tem que ser escrito de tal maneira’. Claro que nós mostramos e discutimos, tivemos reuniões com historiadores da Marinha, porque o que eu quero é acertar. Quando tive dúvidas ou para evitar exageros, fui em outras fontes, pesquisei os jornais de Londres da época.

EC – Ele era muito próximo do imperador?

Cheuiche – Ele viveu 90 anos, o que seriam hoje 120 ou mais. Era realmente fiel ao Dom Pedro II. Acreditava. E se tu olhares neste livro, por trás da figura do Tamandaré, eu procuro projetar a figura do imperador. Sem a menor dúvida. Dom Pedro governou o Brasil por 49 anos, e a visão que ele tinha era de um democrata, parlamentarista, dizia que a sua vocação era para ser professor e não imperador, com aquela preocupação com o ensino, com a cultura. Ele não tinha o poder absoluto. Tamandaré queria a Abolição de qualquer jeito, mas ele sabia o que ia acontecer. Se estivessem todos eles vivos, o Duque de Caxias, o General Osório, talvez o Dom Pedro não tivesse sido derrubado. Mas o Tamandaré tentou resistir.

EC – O que mais influenciou na tua decisão de fazer o livro?

Cheuiche – Primeiro, o perso-

nagem tem que me conquistar. Fui estudar a vida dele antes e ele me convenceu, principalmente por ser abolicionista. Sou adepto, fã, seguidor do Castro Alves. Tinha dez anos, já declamava inteiro **O Navio Negro**. Ele também admirava o Castro Alves, que foi o braço para a Princesa Isabel. Uma coisa que ninguém conta é que ele recebeu esse título de Marquês no dia 13 de maio de 1888. Eles sabiam que, no momento que fizessem a Abolição, estavam tirando a coroa da cabeça dela. Como dizia o Maquiavel, tire a liberdade de um homem, mas não mexa no seu bolso. A Abolição mexeu. Foram libertados 700 mil escravos.

EC – Por isso a família real foi expulsa...

Cheuiche – Exatamente. Uma das razões. A minha posição política sempre foi pela democracia. A posição do Tamandaré em relação a Floriano Peixoto é a posição que eu tenho. Peixoto deu um golpe de Estado. Já foi um golpe de Estado a República e aí ele deu o golpe de Estado no Deodoro da Fonseca, porque ele não podia assumir, ele não tinha tempo suficiente. Pela Constituição, naquele momento tinha que ter nova eleição. Então, foi novamente golpe. Dois golpes, um em cima do outro.

EC – Os golpes frustraram o projeto de inclusão dos escravos?

Cheuiche – A História é uma mestra. Nós temos que entender a figura do Tamandaré. Eu não enxergo o Tamandaré que vai inspirar qualquer golpismo. A atitude dele era essa. Ele arriscou a vida desde jovem. Foi com 14 anos lutar pela Independência do Brasil e depois ele estava lá, com quase 70 anos, lutando no Paraguai. Estava em progresso um projeto para a colocação dos ex-escravos. Ele diz: “Desejo que meus restos mortais sejam conduzidos à cova por meus irmãos em Cristo que hajam obtido o foro de cidadãos pela Lei de 13 de maio”. Quer coisa mais clara?

EC – Ele, inclusive, libertou escravos. Como foi isso?

Cheuiche – Ele arrisca a vida pra salvar dois escravos. Ele tinha

uns 52 anos. Sai num domingo para ir à farmácia e se depara com uma canoa virada, dois escravos que estavam pescando para o patrão deles estão para morrer afogados. Ele simplesmente tira a roupa – era um nadador fantástico –, vai lá e salva os dois. Os dois! Quem conhece a vida dele sabe que ele era um homem muito forte, baixote, mas fortíssimo. Aí vem o momento que não é só a teoria, ‘ah eu sou abolicionista e tal’... Não. No dia seguinte, o dono dos escravos manda os dois de presente pra ele. O Tamandaré aceita, de papel passado, e os alforria na hora.

EC – Como estás vendo a conjuntura atual do país?

Cheuiche – Tem duas coisas a respeito da conjuntura. Primeiro: há uma diferença muito grande que nós temos que colocar. Porque, às vezes, se diz que estamos vivendo um regime de exceção. Não estamos. O meu primeiro livro, *O gato e a revolução*, foi lançado pouco antes do AI-5. Ali, naquele momento ainda havia um simulacro de vida democrática, claro, tinha gente cassada, o diabo, mas não havia ainda a perseguição, com prisões e torturas, tanto é que o livro foi lançado na Feira do Livro. Mas quando entrou o AI-5, aí o negócio mudou de posição, virou ditadura completa. Foram lá na Sulina, pegaram o livro e levaram uns 600 exemplares, picotaram, não sei o que fizeram. Eu não posso comparar.

EC – Qual é a diferença?

Cheuiche – A diferença é o seguinte, nós estamos neste momento numa situação política muito ruim, porque o Brasil está dividido e não há argumentação possível. Foi cometido um erro extremamente grave, que foi o *impeachment*. Hoje se vê que quem queria fazer o *impeachment* já está aí processado, pelo menos é réu em dois processos. Foi o presidente da Câmara dos Deputados que encaminhou o *impeachment*, está preso, por ladrão, né? Vamos colocar assim os termos, bem às claras. Os dois ladrões. A Dilma pode ter muitos defeitos, mas ladra não se sabe de nada dela.

EC – Por que Lula está preso?

Cheuche – Na minha opinião, o Lula deixou-se dominar pelo PT de São Paulo, onde a política é corrupta desde o tempo do Adhemar de Barros, seguido de perto por Paulo Maluf e companhia. Não acredito que ele tenha roubado, mas deixou que fossem colocados em postos-chave da Petrobras e em outros cargos de escolha política ministros e diretores que roubaram impunemente durante seus dois governos. Se compararmos Lula com alguns líderes petistas do Rio Grande do Sul, como Olívio Dutra, Tarso Genro, Raul Pont, entenderemos por que ele é culpado de “ignorar” tanto roubo. O que não se entende é por que Lula está preso e Michel Temer conseguiu ficar mais de dois anos como presidente, com culpabilidade mais fácil de provar. Quanto ao aspecto social, não há a menor dúvida de que lutou para tirar grande parte da população brasileira da miséria. Historicamente, não gostar de Lula não justifica ter raiva de tudo a que seu nome esteja ligado.

EC – O que pensa sobre a negação da ditadura pelo Itamaraty?

Cheuche – O que eu quero deixar bem claro é o seguinte. Como escritor que trabalha com História, eu não posso admitir que se diga que não houve uma ditadura, quando eu mesmo sofri isso com a apreensão do meu livro. E não posso comparar o regime daquela época com o de hoje, que aí é outra bobagem. Tu podes não gostar do presidente da República, não gostar disso ou daquilo, mas vai ter eleição. Essa é uma posição de ordem política. Dizer que o nazismo foi comunista é uma coisa tão absurda que eu não quero nem começar a tratar desse assunto. É ridículo. É como dizer que o papa Francisco é ateu. Isso é uma questão histórica. Essas pessoas estão contribuindo para criar uma cisão ainda maior. Não podemos confundir o Brasil com isso.

EC – Dom Pedro II era um grande líder e um democrata. Por quê?

Cheuche – Nós estamos falando de Tamandaré e de Dom Pedro II. Eu faço questão de lembrar. A quem o Tamandaré servia? Quem era o imperador dele? Era Dom Pedro II. Ter-

mina a Guerra do Paraguai, 1870. Dom Pedro II era o governante de maior prestígio da América Latina. Tanto é que, em 1876, no centenário dos Estados Unidos ele foi convidado para estar do lado do presidente. Ele era o imperador e vai para uma república. A Câmara dos Deputados do Rio de Janeiro vota uma verba para fazer uma estátua equestre dele na entrada do porto, caríssima, um dinheiro enorme. Ele vai à Assembleia e aceita, não para fazer a estátua, mas escolas.

EC – Por que nossa democracia é tão frágil?

Cheuche – Fico com a opinião de Winston Churchill quando perdeu a eleição seguinte à sua grande vitória na Segunda Guerra Mundial. Entrevistado por um jornalista com pergunta semelhante a essa, ele respondeu: “De fato, a democracia é frágil, cheia de defeitos, mas, infelizmente, ainda não descobrimos um sistema melhor”.

EC – A República sempre esteve sob a ameaça das armas?

Cheuche – Tudo que nós temos que olhar é o estado de direito. Porque quando a Lei está para o nosso lado, nós achamos muito bom. Quando está contra, achamos muito ruim.

EC – O estado de direito...

Cheuche – Eu vivi as duas situações. Podia não ter sido escritor. Quando cassaram meu primeiro livro – sou formado em Medicina Veterinária, tinha um mestrado feito na França, tinha feito parte do meu doutorado na Alemanha –, resolvi parar o doutorado pra escrever. Mas tinha uma profissão. Dava aula na Ufrgs. Perdi tudo isso. E nunca quis entrar com processo pra voltar.

EC – Chegou a ser cassado?

Cheuche – A minha cassação foi uma cassação branca. Me tiraram os alunos. Eu não podia dar aula. Só aula prática. Não podia mais ter contato em sala de aula com aluno. E aí alguns alunos meus estavam pensando em fazer uma greve. Eu sei até os nomes, mas não vou te dar porque não interessa... Greve naquela época, tu imaginas,

1969... Era pra liquidar. Era bem naquele momento pesado. Vou embora daqui. A minha demissão foi a coisa mais engraçada. O diretor da faculdade de Agronomia e Veterinária, esse eu dou o nome, Costa Neto, diziam que era primo do Costa e Silva. Eu tinha 28 pra 29 anos, mestrado na França, era oriundo da própria faculdade, e eu fui lá me demitir e o cara não levantou, ficou sentado me olhando: “O que o senhor deseja?” “Minha demissão.” “Pode botar em cima da mesa”.

EC – Como esse episódio influenciou tua carreira de escritor?

Cheuche – Fui para São Paulo e resolvi trabalhar pra ganhar a minha vida. Mas o destino me botou na frente da Biblioteca Pública de São Paulo, onde eu aluguei um apartamentozinho que chamavam “já vi tudo”. Digo, eu vou escrever um livro que eles não vão poder cassar. Eu já tinha na minha cabeça as Missões Guaranis. A primeira sociedade socialista cristã de verdade foi a dos Sete Povos e os outros, no total eram 33 povos. É coisa bíblica, eu fiquei sete anos pesquisando porque tinha que trabalhar e a pesquisa era enorme, mas veja, meu último livro tinha sido publicado em 1968; em 1975, publiquei o *Sepé Tiaraju*. Ainda era ditadura em 1975. Agora tu vais cassar os Sete Povos das Missões? Vai dizer que uma república cristã socialista que não tem dinheiro,

que divide tudo, que não tem miseráveis, que não tem mendigos... é a maior experiência, então, né? Aí é que eu me agarrei com o romance histórico, contar as histórias e popularizar essas histórias. O romance histórico funciona também como cinema, como filme. Queres entender como é que Napoleão invadiu a Rússia? Lê *Guerra e Paz*. Tem o livro, do Tolstói, e tem o filme. Aliás, o Almirante Rocha, que lutou por este livro (*O velho marinheiro*), tem vontade de fazer um filme...

EC – Qual será teu próximo livro?

Cheuche – Eu não paro de escrever. Estou fazendo um livro de contos. O conto é como a poesia, permite pausas. O romance, não. Não posso ficar um dia sem escrever, nem que sejam dez linhas. Romance, tenho algumas ideias, mas não posso falar ainda. Venho trabalhando nesse livro de contos que pretendo publicar até o fim do ano. Já tem até título. *Uma vela acesa descendo a correnteza*. É o nome de um conto que tem muita importância pra mim porque foi um fato que aconteceu com meu pai quando eu tinha cinco anos de idade. Meu pai era do interior, de Caçapava do Sul. Nesse livro, todos os contos se passam no campo. Quero retomar, de certa forma, a tradição de contos do Rio Grande do Sul que tem como expoentes Simões Lopes Neto, Cyro Martins.



Primeiro, o personagem tem que me conquistar. Fui estudar a vida do Tamandaré e ele me convenceu, principalmente por ser um abolicionista como eu

Extra Classe lança novo site

Alinhado com as novas tendências de usabilidade na experiência de navegação na internet, o novo espaço traz atualizações que facilitam e ampliam o acesso ao principal conteúdo da página: a informação

Entrou no ar em abril o novo site do jornal *Extra Classe*. Alinhado com as novas tendências de usabilidade na experiência de navegação na internet, o novo espaço traz atualizações que facilitam e potencializam o acesso ao principal conteúdo da página: a informação.

O conteúdo passou a ser organizado em 11 editorias, facilitando a busca. Ao clicar na editoria Movimento, por exemplo, o leitor encontrará em um único ambiente todo o histórico de publicações sobre o assunto ao longo dos 23 anos do jornal. Dentro de Movimento, estão abrigados temas como questões de gênero, raça e representatividade, movimento social, sindicalismo e direitos humanos.

Com inserção da rolagem infinita na capa, uma das grandes novidades do novo site, o leitor terá acesso às reportagens e publicações mais recentes da página, além de todo o histórico de notícias do jornal. A alteração foi pensada pelos editores do jornal após o crescimento de produção de material com exclusividade para web. "Em 2018, foram 364 publicações de conteúdo exclusivo para a web. Isso equivale a um aumento de 172% na produção deste tipo de reportagem, em relação a 2017, por exemplo", explica Valéria Ochôa, editora-chefe do jornal.

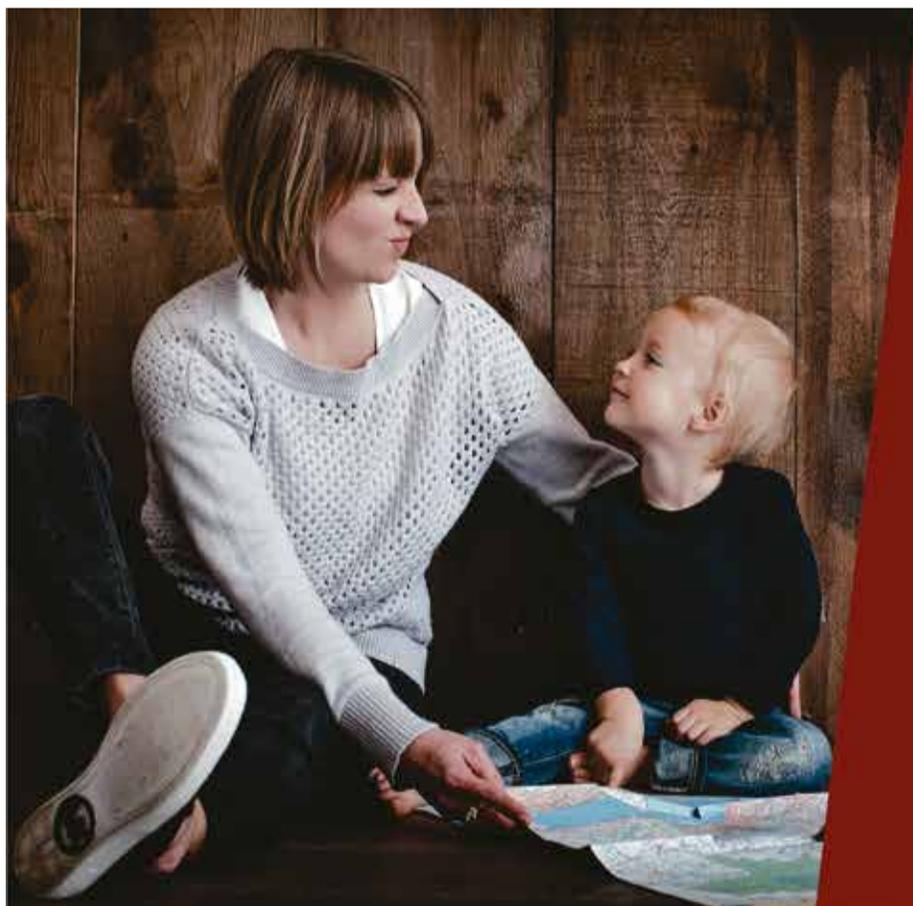
O novo site foi desenhado pelo designer Pedro Kummel, da Xperiment Design & Technology, e pelo jornalista Edimar Blazina, do setor de Comunicação e Marketing do Sinpro/RS. O projeto foi executado pelo analista de sistemas Lucas Emerim Marques e pelo desenvolvedor Leonardo Duarte, da CWI Software.

Plataformas digitais – O novo site é responsivo, podendo ser acessado nos diferentes dispositivos móveis, como celulares e tablets. Ao



acessar via mobile, a página automaticamente se adapta aos diferentes tamanhos de tela, dando ao leitor uma melhor experiência. Para quem navega via computador tradicional, foi disponibilizado o sistema de notificação, que avisa o usuário, que ativar a ferramenta, a cada nova publicação.

O novo site integra a política do Sinpro/RS de ampliação e modernização de sua atuação no ambiente digital. Lançado em 2014, o site exclusivo do *Extra Classe* tem crescido em acesso e, a cada ano, vem se destacando como fonte de conteúdo confiável na web. Semanalmente, apenas nas redes sociais, as publicações chegam a registrar mais de 300 mil acessos. No primeiro trimestre de 2019, o site já superou 600 mil acessos.



SINPRO/RS
PREVIDÊNCIA

Tua primeira professora mostrou o caminho para construir o futuro.

12 de maio. Dia das mães.

INGRESSE AGORA
(51) 99335. 2387
www.sinprosrprevidencia.com.br

GESTOR DO PLANO: **FUNDAÇÃO CEEE** PREVIDÊNCIA PRIVADA
INSTITUIDOR: **SINPRO/RS** Sindicato Cidadão

SELEÇÃO DO EDITOR

Os editores do *Extra Classe* selecionaram o que foi destaque no último mês na seção *Exclusivo!Web*. Para ler mais, acesse www.extraclasse.org.br e receba as notificações diárias com conteúdos produzidos exclusivamente para o site do jornal.



Foto: Guettero | Agência ALRS

Audiência Pública da Comissão de Educação da Assembleia debateu a ausência de bibliotecas e espaços de leituras nas escolas

O apagão das bibliotecas escolares

por José Weis

A universalização das bibliotecas escolares prevista na legislação federal há uma década está cada vez mais distante. No RS, em média, 40% das escolas públicas e privadas não dispõem de bibliotecas nem espaços de leitura

Sancionada em maio de 2010, a Lei Federal 12.244, que estabelece a universalização das bibliotecas nas instituições de ensino até o ano de 2020 e define funções e atribuições das bibliotecas escolares em todo o Brasil, na prática, nunca saiu do papel. A negligência e o descaso são evidenciados nos indicadores do Censo Escolar 2018. O Censo é realizado todos os anos pelo Instituto Nacio-

nal de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), em articulação com as secretarias municipais e estaduais de Educação. Os dados do estudo do ano passado mostram que, em todo o país, as escolas e suas comunidades se ressentem da falta de bibliotecas. Quando há bibliotecas, são espaços informais, ou seja, sem um profissional qualificado, no caso, com formação em Biblioteconomia.

Entre os estabelecimentos que atendem à educação infantil e às escolas municipais, o ensino-aprendizado ocorre sem o recurso do livro, pois 48% das escolas não dispõem de bibliotecas. De acordo com o Censo, o Rio Grande do Sul tem 9.981 instituições de ensino públicas e privadas que ofertam educação básica. Destas, 6.123 (61%) contam com bibliotecas – ou seja, o déficit é de 3.858

bibliotecas que ou estão fechadas ou simplesmente não existem, realidade que atinge 17% das 1.983 escolas estaduais. Na rede privada, há 1.536 escolas, sendo que 1.118 sem bibliotecas.

AUDIÊNCIA – No início de abril, a Comissão de Educação, Cultura, Desporto, Ciência e Tecnologia da Assembleia Legislativa do RS realizou uma Audiência Pública sobre a situação das

bibliotecas escolares, tema proposto pelo Conselho Regional de Biblioteconomia da 10ª Região (RS). A diretora técnica do CRB10, Eliane da Silva Moro, disse que “a existência de biblioteca escolar é uma necessidade da comunidade, mas a responsabilidade de provê-la com recursos para sua existência e funcionamento é do Estado”. A presidente da entidade, Luciana Kramer, ao comentar a Lei 12.244/2010 e a Constituição Estadual do RS sobre o sistema de bibliotecas, qualificou como “um escândalo o número de escolas sem bibliotecas, sabendo que falta apenas um ano para execução da lei federal”. Para a dirigente, “no RS há legislação, mas não existe política pública, nem orça-

mento e são poucos profissionais atuando, com mais de 100 vagas em aberto”. Luciana ressaltou o artigo 218 da Constituição Estadual que determina que “o Estado manterá um sistema de bibliotecas escolares na rede pública estadual e exigirá a existência de bibliotecas na rede escolar privada, cabendo-lhes fiscalizá-las”.

A escritora Valesca de Assis conta que tem visitado diversas escolas todos os anos e que as bibliotecas, “em geral, são bastante fracas e devem todo e qualquer progresso ao trabalho incansável dos professores e de alguns programas de leitura. Visito escolas em que são feitas rifas e almoços para arrecadar dinheiro para comprar livros”, ilustra.

Foto: Guerreiro | Agência ALRS



Luciana Kramer e Eliane Moro, do Conselho de Biblioteconomia

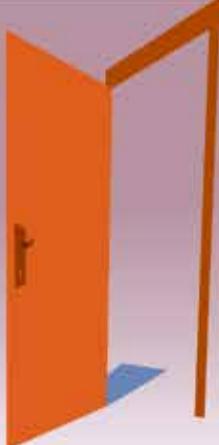
Marcha dos bibliotecários

O apagão das bibliotecas escolares acabou mobilizando os acadêmicos da Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação (Fabico), da Ufrgs, que organizaram o movimento Bibliotecários em Marcha. As estudantes Camila Martinelli Costa e Andréia Bitencourt lembram que a mobilização não é recente. Nas eleições de 2018, os estudantes entregaram aos candidatos ao governo do Estado uma carta-compromisso que mostrava a situação das bibliotecas escolares e pedia o cumprimento da Lei 12.244/2010. Somente dois candidatos assinaram “e nenhum deles foi eleito”, lamenta Camila. A falta de compromisso do poder público com a questão é tanta que o último concurso estadual para bibliotecários e auxiliares de biblioteca foi realizado em 1994. Atualmente, são 100 vagas

ociosas no Estado. De acordo com Andréia, há 20 profissionais para 2,5 mil escolas. “Isso dá menos de 1% das instituições de ensino que pode contar com a presença de um bibliotecário”, diz Camila.

LIVRAÇO – Além da mobilização Bibliotecários em Marcha, há outras ações que buscam chamar a atenção para as bibliotecas escolares fechadas. É o *Livração*, uma forma de cumprir uma das atribuições desses espaços que estão fechados, o acesso aos livros. O mais recente foi no Colégio Estadual Protásio Alves, em Porto Alegre. O ato acontece com a doação de livros dos mais variados conteúdos, literatura infantil, prosa e poesia. A diretora do Colégio Protásio Alves, Eliana Alves Flores, relata que a biblioteca da instituição ficou fechada em 2018 e, neste ano, está funcionando de modo precário.

	ESCOLAS COM BIBLIOTECA	%	ESCOLAS SEM BIBLIOTECA	%	TOTAL
ESCOLAS	6123	61%	3858	39%	9981
REDE ESTADUAL	1983	83%	514	17%	2497
REDE FEDERAL	48	96%	2	4%	50
REDE MUNICIPAL	2556	53%	2224	47%	4780
REDE PRIVADA	1536	58%	1118	42%	2654
ESCOLAS URBANAS	4994	63%	2984	37%	7978
ESCOLAS RURAIS	1129	56%	874	44%	2003



Acolhimento, sigilo e atitude.

Assim a gente lida com a violência contra os professores.

O NAP é uma equipe multidisciplinar formada por diretores do Sinpro/RS, advogados e psicólogo, com o objetivo de amparar os professores vítimas de constrangimento e violência no ambiente educacional. Se você está passando por isso, não prolongue seu sofrimento pensando que esta situação só acontece com você. As circunstâncias de violência são mais frequentes do que você imagina. Procure imediatamente o Sinpro/RS e acione o NAP.



À espera de um milagre



Foto: José Cruz/Agência Brasil

Tudo indica que a economia está derretendo, mas o ministro Paulo Guedes segue com sua agenda de ajuste fiscal e contração de gastos e aposta na reforma da Previdência como a grande solução para a retomada do crescimento

por Flávia Bemfica

Passados quatro meses do início do governo de Jair Bolsonaro (PSL) e a euforia inicial de setores empresariais e do mercado, a economia do país segue estagnada e não há indicativo de retomada. Na verdade, até agora, não há recuperação de renda, o desemprego vem aumentando, e o índice de atividade econômica está em queda

No final de abril, o Brasil registrou nove semanas consecutivas de redução na expectativa de crescimento do PIB. O PIB, descrito como o indicador que mede a riqueza de um país, é a soma de todos os bens e ser-

viços finais que ele produz em determinado período. Para que aumente, o que significa crescimento da economia, quatro fatores são determinantes: o consumo das famílias, o gasto público, os investimentos privados e as exportações.

Nenhum dos quatro vai bem no Brasil em 2019.

Ao invés de sinalizar com gastos, a União corta e comprime programas, e a expectativa é de retração, e não de aumento, nos investimentos públicos. Sem saber o que

esperar de um governo que, nos primeiros quatro meses, elegeu a instabilidade e a guerra ideológica como bandeiras, e atentos a uma conjuntura econômica mundial desfavorável, empreendedores privados também seguraram os

investimentos. Há estagnação no consumo das famílias, que entra com 63% na composição do PIB, e alguns indicadores já apontam que ele registra queda importante neste início de ano. Os dados da balança comercial também não geram alento. No primeiro trimestre de 2019, o saldo caiu 13,9% na comparação com o mesmo período do ano passado, de 12,2 bilhões de dólares para 10,5 bilhões de dólares, conforme o Indicador do Comércio Exterior (Icomex), divulgado pela Fundação Getúlio Vargas (FGV). É o menor patamar desde o primeiro trimestre de 2016. Na indústria de transformação, o déficit na balança, nos primeiros três meses, bateu nos 60%.

Para o futuro próximo, a desaceleração na expansão da economia global, já apontada pelo Fundo Monetário Internacional (FMI), combinada à linha adotada pelo governo brasileiro, que mistura fatores religiosos e indiferença à questão climática, não deve ajudar o desempenho do país. No final de abril, por exemplo, 600 cientistas europeus publicaram um manifesto na revista científica *Science*, solicitando que a União Europeia vincule as importações que faz do Brasil ao cumprimento de compromissos ambientais.

Em janeiro, conforme o Relatório de Mercado Focus, divulgado todas as segundas-feiras pelo Banco Central (BC) com as expectativas colhidas junto a bancos, empresas, gestores de recursos, distribuidoras, consultorias e corretoras, a projeção era de que o PIB crescesse

2,53% em 2019. No final de março, baixou para 1,98%. Na última semana de abril, estava em 1,70%. Já é apontada como concreta a possibilidade de que o crescimento no ano não ultrapasse o 1%. E, neste primeiro trimestre, seja negativo.

Para além dos fatores que compõem o PIB, existe uma sucessão de indicadores ruins. O Índice de Confiança do Empresário Industrial (Icei), calculado pela Confederação Nacional da Indústria (CNI), caiu 0,2 ponto em fevereiro, 2,6 pontos em março e 3,5 pontos em abril. Os empresários indicam recuo das expectativas e piora na avaliação das condições de negócios. O Índice de Atividade Econômica do Banco Central (IBC-Br), medido pelo BC, caiu 0,41% em janeiro e 0,73% em fevereiro. O IBGE apontou 0,2% de crescimento no volume de vendas do comércio varejista no país em março, na comparação com o mês anterior, mas, segundo os boletins informativos da Fecomércio-SP, os empresários percebem sinais de arrefecimento, não acreditam que as vendas serão tão boas nos próximos meses e temem a volta da inflação. Os informes da entidade tomam por base a variação do volume de mercadorias estocadas nas lojas.

O conjunto pouco promissor foi coroado no final de abril com a divulgação dos resultados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad) Contínua, do IBGE, que mostrou deterioração ainda maior do mercado de trabalho. Conforme os dados do IBGE, mais de 1,2 milhão de pessoas entraram para a população desocupada no primeiro trimestre do ano, na comparação com o último trimestre de 2018. Com isso, o total de pessoas à procura de emprego no país é agora de 13,4 milhões. A taxa de desocupação subiu para 12,7%. Não por coincidência, a inadimplência bate recorde. Em março, segundo dados da Serasa Experian, o número de pessoas com o nome sujo ou com dívidas em atraso bateu nos 63 milhões. Isso significa que 40,3% da população adulta do país está inadimplente.

Os indicativos de que a economia está 'derretendo' não parecem abalar as convicções da equipe econômica do governo, que segue



Teoria da austeridade expansionista, ou 'fada da confiança', na definição dos economistas Paul Krugman (esq.) e Joseph Stiglitz, foi um fracasso nos EUA e no Brasil

firme na agenda de ajuste fiscal e contração de gastos, anuncia a reforma da Previdência como a grande solução para a retomada do crescimento e vaza pontos de uma pretensa reforma tributária, na qual se destaca a recriação de uma CPMF disfarçada. Na metade de abril, o governo propôs para o Orçamento de 2020 uma correção do salário mínimo apenas pela inflação. É a interrupção de uma política de ganho real que existia desde o governo de Fernando Henrique Cardoso, em 1994, primeiro informalmente e, depois, já no governo Lula, com o estabelecimento de uma fórmula oficial de reajuste. O arrocho acontece em um momento em que a renda per capita do brasileiro permanece estagnada em R\$ 32 mil ao ano. O valor está 9% abaixo do pico, que, no passado recente, foi alcançado no primeiro trimestre de 2014. Na prática, isso significa que, há 19 trimestres, a renda média é menor.

"Essa ideia de que um governo, para ser sério, precisa fazer superávit fiscal, conter, conter e conter, pela primeira vez está sendo questionada no Brasil até pelos economistas ortodoxos. Fora do país, não é assim que funciona. Em época de crise, só tem uma coisa que puxa o gasto privado: o gasto público. Em momentos como o que vivemos, é necessária a presença de um agente econômico não interessado no lucro imediato", aponta a professora da Faculdade de Ciências Econômicas da Ufrgs Glaucia Campregher.

A professora se refere à conhecida hipótese de 'austeridade expansionista', segundo a qual o corte no

gasto público restaura a confiança empresarial. Nessa concepção, movidos pela confiança em uma trajetória ou expectativa de trajetória descendente na dívida pública, os empresários retomariam seus investimentos, apesar dos prejuízos que a contração na demanda pública gera sobre as vendas das empresas. E, além disso, também como forma de compensar os mesmos. Apelidada de 'fada da confiança' pelos economistas Joseph Stiglitz e Paul Krugman, a 'austeridade expansionista' foi adotada na Europa e nos Estados Unidos em 2010, mas não surtiu os efeitos esperados. Em sua versão tupiniquim, ressurgiu duas vezes sob o comando da ex-presidente Dilma Rousseff (PT), também com consequências conhecidas.

Nos meios acadêmicos, a discussão ganhou fôlego a partir de artigos escritos pelo economista e banqueiro André Lara Resende para o jornal *Valor Econômico*. Um dos idealizadores do Plano Real, Lara Resende questiona nos textos o papel da dívida pública e aborda a possibilidade da emissão de moeda como forma de solução para o financiamento dos gastos públicos em determinadas situações, pontos da chamada Moderna Teoria Monetária (MMT), de Randall Wray.

"O mais preocupante é que o governo não deve alterar a linha que adotou. Eu diria que não há plano para a economia e que as revisões das agências e bancos para os indicadores cada vez mais se aproximam da realidade, na qual o que predomina é um discurso 'esdrúxulo'", considera Glaucia.



Glaucia, da Ufrgs: o momento requer a interferência de um agente econômico não interessado no lucro imediato



Reunião de vereadores liderada por Cassio Trogildo (PTB) com o prefeito Marchezan Jr. logo após a eleição

O preço da governabilidade

por Matheus Chaparini

Nos últimos meses, o prefeito de Porto Alegre, Nelson Marchezan Júnior, distribuiu 41 cargos a partidos para aprovar os projetos de maior relevância para o seu governo. O MDB ganhou 15 CCs, o PTB, oito. Apesar do discurso contrário às indicações partidárias, o prefeito repete a antiga prática política de troca de cargos por apoio. Projetos importantes, como a alteração do plano de carreira dos servidores e a nova planta do IPTU, demonstraram a solidez dessa base

A proposta de alteração do plano de carreira dos servidores municipais foi emblemática da política adotada pelo Executivo, de fazer agrados aos partidos para aprovar projetos polêmicos. Apreciada pela primeira vez em julho de 2018, a matéria fora derrotada no plenário por 22 votos a seis. No fim de março deste ano, o governo enviou texto quase idêntico ao Legislativo e obteve a apro-

vação com 24 votos. Duas semanas depois, a base se mostrou "forte", aprovando o projeto que entrega à iniciativa privada praças e parques da Capital, como o Harmonia, a Rendeção e o Chico Mendes, por meio de concessões. No início de maio, a atualização da planta do IPTU foi aprovada, mesmo com votos contrários dentro da base governista.

A relação mais amistosa entre Executivo e Legislativo é um dos

fatores responsáveis pela construção da maioria. Mas há ainda outro aspecto que pode ser elencado. Nos últimos meses, os partidos que mudaram o voto tiveram dezenas de integrantes nomeados para cargos em comissão (CCs) na administração municipal.

De setembro de 2018 a março de 2019, foram 41 nomeações entre MDB, PTB, PRB, Solidariedade, Rede e Pros, sendo 26 só entre fe-

vereiro e março. A base do governo também fez indicações. O PSDB teve dez nomeações e o PP, do vice, Gustavo Paim, oito. É o que aponta levantamento feito pela reportagem do *Extra Classe* com base em informações do Diário Oficial e dos registros do Tribunal Regional Eleitoral – a íntegra das nomeações pode ser acessada no extraclasse.org.br.

Marchezan tem pela frente projetos importantes, como a revisão

do Plano Diretor e as Parcerias Público-Privadas (PPPs). O governo busca apoio ainda do PSB. Com dois vereadores na casa, o partido recebeu pelo menos oito cargos neste ano. Airto Ferronato (PSB) votou com o governo nos projetos do IPTU e dos parques.

Para o líder da oposição, Roberto Robaina (PSol), há uma afinida-

de programática entre os partidos que formam a base. "Tem dois lados: a distribuição de cargos e uma ideologia comum, além de uma concepção de Estado dominado por elites. Sem um destes, não iria funcionar", conclui. Indicado para falar pelo governo, o líder na Câmara, vereador Mauro Pinheiro (Rede), não se manifestou.

Foto: Ederson Nunes/CMPA

Desde que assumiu a liderança do governo, em novembro, Mauro Pinheiro (D) já empregou quatro apoiadores dele na prefeitura



Fenômeno da patronagem

Para o economista e cientista político Guilherme Stein, professor assistente da Unisinos, o fenômeno, conhecido como patronagem, é normal em sistemas multipartidários, nos quais é necessário formar coalizões para ter governabilidade. Stein aponta que a divisão de poder garante que mais interesses da sociedade estejam representados no Executivo. O problema, segundo ele, é o risco de captura de setores do Estado por interesses específicos. "Abre caminho para o clientelismo, para a criação de acesso privilegiado de algumas pessoas e grupos políticos a esses espaços estatais e, em alguns casos, pode descambar em corrupção. É um limiar muito tênue", alerta.

MDB – Com cinco vereadores, é a maior bancada. O apoio foi selado em janeiro, quando a sigla indicou dois secretários: José Eduardo Cidade, no Desenvolvimento Econômico, e Nádia Gerhard, para o Desenvolvimento Social e Esporte.

O partido tem também o cargo de secretária adjunta da Educação, ocupado por **Iara Wortmann**. Entre novembro de 2018 e março de 2019, o MDB teve pelo menos 15 de seus filiados nomeados a cargos na prefeitura.

REDE – Mauro Pinheiro, único vereador da Rede, foi confirmado na liderança em novembro de 2018. Desde então, pelo menos quatro apoiadores políticos de Pinheiro ganharam cargos na prefeitura.

Dois deles disputaram vagas na Câmara em 2016, mas ficaram como suplentes. **Emerson Correa** e **Vitorino Basegio** foram nomeados para a Superintendência de Ação Social e Cooperativismo do Departamento Municipal de Habitação (Demhab) e assessoria do gabinete do prefeito, respectivamente. As outras duas vagas foram no Demhab e na Fundação de Assistência Social e Cidadania (Fasc).

PRB – Com dois votos no plenário do Legislativo municipal, o PRB foi agraciado com seis cargos.

Ricardo Gomes, ex-secretário adjunto da Segurança no governo Fortunati, foi nomeado gestor D na Secretaria de Planejamento e Gestão. Filiados ao partido entraram também no Dmae e na Secretaria de Desenvolvimento Social e Esporte.

PTB – No caso do PTB, as nomeações misturam indicações políticas com relações de parentesco. O partido ganhou oito cargos. Entre eles, está **Maria Salete Potrich Manfroi**, filha do ex-presidente da sigla, Cláudio Manfroi.

Luciana Peters, ex-secretária da Juventude do PTB Mulher no RS, foi contratada para trabalhar no segundo turno da campanha de Marchezan, em 2016.

Zeneide Tanara Manea foi afastada da função de coordenadora administrativa do Gamp, em Canoas, em dezembro de 2018, após investigação do Ministério Público de desvios de até R\$ 40 milhões. Quatro meses depois, foi admitida como gerente de projetos no Dmae. É ex-cunhada do prefeito de Canoas, Luiz Carlos Busato (PTB).

PROS – O único vereador do partido é Wambert di Lorenzo, que mudou o voto, na segunda apreciação da proposta. O partido teve dois membros da executiva estadual nomeados para cargos no Executivo.

Antonio Henrique Antunes Bertolin, tesoureiro-geral, foi escolhido gerente de projetos no Dmae. Já o secretário-geral da sigla no Estado, **Eduardo Rava de Campos**, tornou-se chefe de unidade no Demhab.

SOLIDARIEDADE – Cláudio Janta é o único vereador do partido. Foi líder do governo até agosto de 2017, quando abandonou a função na época da votação do projeto que retirou a gratuidade da segunda passagem de ônibus. No fim de novembro, foram nomeados quatro filiados ao partido no Demhab, Fasc, DMLU e Dmae. Em março, ocorreu mais uma nomeação no Demhab.

Se conforto é importante, imagina se adicionarmos ótima localização, preços reduzidos e exclusividade para você e sua família?



O Hotel Casa do Professor é a melhor opção em hospedagem para os professores associados ao Sinpro/RS e seus familiares. Escolha o motivo para vir a Porto Alegre e fique com a gente.

Mais informações: sinpro.rs.org.br/casadoprofessor | Reservas: (51) 4009.2988

SINPRO/RS
Sindicato Estadual

CASA do PROFESSOR
Hotéis

ESPECIAL

por Flávio Ilha

Há quase quatro anos, os policiais militares José Cecílio Martins da Rosa, Alexandre Puntel e Thiago Costa Silva se depararam com um jovem “em atitude suspeita” no bairro Santa Tereza, em Porto Alegre. Eram 7h de uma quinta-feira e, ao ver a patrulha, o rapaz saiu correndo; perseguido, foi acuado pelo trio, recebeu voz de prisão, levantou as mãos em sinal de rendição e ouviu a ordem inusitada de um dos PMs: “Corre, magrão”. O tiro desferido por José Cecílio, conhecido como “Serginho”, atingiu as costas de Ronaldo de Lima e foi fatal. Casos de abuso de autoridade como esse têm se tornado rotineiros nas abordagens, e a violência policial, impune e fora de controle, mata 17 brasileiros por dia no país

Polícia
pol

A photograph of riot police in grey helmets and shields. The police are wearing helmets with clear visors and are holding large, dark, rectangular shields. The background is a dense green forest. The text is overlaid on the shields in a bold, white, sans-serif font.

**Força que mata,
Justiça impune**

A pontado pelos brigadianos no Inquérito Policial Militar (IPM) como um perigoso traficante da Vila Cruzeiro, que teria reagido à abordagem, a vítima respondia por roubo, mas não havia condenação contra ele. Tampouco mandado de prisão. A cena do crime foi montada: o trio de PMs 'plantou' uma arma fria junto ao corpo do jovem, de 18 anos, e José Cecílio trocou o tambor de seu revólver com o suposto armamento do rapaz para justificar a "legítima defesa". Não deu certo, pois as inúmeras testemunhas do crime denunciaram a armação. O IPM, entretanto, inocentou o trio.

O 3º Sargento José Cecílio, conhecido como "Serginho", responde criminalmente pelo homicídio de Ronaldo, mas segue recebendo salários do Estado e abordando vítimas no mesmo bairro em que ainda moram a mãe e as irmãs do jovem morto – o que contraria o Estatuto da Brigada Militar. Há pouco mais de dois anos, invadiu a casa de uma familiar de Ronaldo, em perseguição a um suspeito. Esteve lá novamente no domingo, 7 de abril. Segundo relato de testemunhas, chegou atirando – como sempre faz.

"Normalmente, a Brigada já chega aqui dando tiro, então todo mundo sempre corre, né? É normal aqui. Há três semanas, o Serginho

esteve no Buraco Quente de novo, no mesmo local [da morte de Ronaldo], atirando. Ele e mais dois PMs. Por sorte, não pegou em ninguém. É um policial bem conhecido no bairro, muito violento", conta uma das irmãs de Ronaldo, que não quis se identificar.

Casos de abuso de autoridade como esse têm se tornado rotineiros nas abordagens policiais pelo país. Os dados mais recentes do Fórum Brasileiro de Segurança, em conjunto com o Núcleo de Estudos de Violência da Universidade de São Paulo (USP), registraram 6.160 mortes em intervenções de PMs ou policiais civis em todo o Brasil em 2018, uma média de 17

pessoas por dia. O crescimento desse índice em relação a 2017 foi de 18%. Nove em cada dez casos envolveram policiais em serviço.

Entre 2016 e 2017, o número de ocorrências desse tipo já havia dado um salto de 21%, ultrapassando a casa das 4 mil mortes. Entre 2015 e 2016, o avanço havia sido ainda maior: 26%, rompendo a barreira das 3 mil vítimas. No intervalo de quatro anos, a partir da morte simbólica de Ronaldo, os homicídios de civis envolvendo policiais dobraram de número no Brasil. Na prática, saíram do controle das corporações. Ou passaram a ser, em outra hipótese, uma estratégia de guerra.

Licença para matar

Não se trata de retórica. Na quinta-feira, 25 de abril, a Comissão Interamericana de Direitos Humanos – órgão vinculado à Organização dos Estados Americanos (OEA) – emitiu uma nota em que expressa sua preocupação "pelos casos de letalidade policial em contextos urbanos no Brasil, assim como pelo uso excessivo da força por agentes de segurança pública".

Segundo a Comissão, apenas no primeiro bimestre de 2019, foram registradas 305 mortes no Rio de Janeiro em consequência de intervenções por agentes estatais. A cifra foi considerada "alarmante" pela OEA, mas os dados estavam defasados: o Instituto de Segurança Pública do Rio apontou, no dia

30 de abril, que o número de homicídios envolvendo policiais bateu um recorde histórico no primeiro trimestre naquele estado, chegando a 434 registros. Uma média de cinco casos por dia.

Na contramão da estatística, a morte de policiais civis ou militares teve uma redução de 18% – foram 307 vítimas, das quais três em cada quatro estavam fora de serviço no chamado "bico" para complementar a renda.

A PM carioca é a que mais mata no Brasil – a um ritmo de nove pessoas a cada 100 mil habitantes. Mas não é a única: no Rio Grande do Sul, conforme os dados do Fórum Brasileiro de Segurança, houve 140 registros em 2018 envolven-

do suspeitos, réus e também cidadãos sem qualquer participação no mundo do crime. Um aumento de 3% em relação a 2017. As vítimas em geral são homens (99%) negros (67%) de 18 a 29 anos (48%). Exatamente como era Ronaldo.

"A interação da Polícia Militar com o adolescente ou com o jovem adulto é muito mais violenta, trata-se de um dado objetivo. É uma letalidade que funciona como uma política preventiva", constata a socióloga Samira Bueno, diretora-executiva do Fórum Brasileiro de Segurança e responsável pelos dados da organização não governamental.

Bruno Paes Manso, do Núcleo de Estudos de Violência da USP, diz que a tolerância com as mortes causadas pelas Polícias é a "semente" das milícias no Brasil: "O controle da violência deveria interessar mais aos comandos das corporações, como forma de evitar a contaminação de suas instituições por milicianos e criminosos".

Mas quase nunca é assim: na maioria dos casos, os inquéritos abertos pelas Polícias para investigar essas mortes inocentam os agentes do Estado aceitando a tese de legítima defesa, mesmo que os casos envolvam suspeitos em fuga atingidos por tiros nas costas. Como é o caso do jovem Ronaldo, em 2015. Caso também do adolescente Giovanni da Conceição Vieira, 15 anos, em 2017, atingido por um tiro de fuzil 5.56

pelo PM Jackson Medeiros da Silveira. Giovanni não tinha nenhuma passagem pela Polícia.

"É muito difícil responsabilizar um agente do Estado, um policial, por uma conduta inadequada. Só se houver uma prova cabal, incontestável, de crime. E, mesmo assim, não são poucas as vezes em que não há denúncia, nem por parte da Polícia Civil e nem do Ministério Público", afirma o advogado Rodrigo Rollemberg Cabral, que representa a família de Ronaldo de Lima no processo judicial.

Os casos, além de mais frequentes, têm se tornado mais graves. No dia 8 de fevereiro, uma operação da PM do Rio resultou na morte de 13 pessoas no Morro do Fallet, região central da cidade. A Polícia Civil investiga uma possível execução das vítimas, que tinham sinais de tortura e de mutilação. Na casa onde nove dos 13 suspeitos foram mortos, a investigação constatou que houve 94 disparos de fuzil.

A licença para matar partiu do próprio governador Wilson Witzel (PSC), que classificou a ação da PM como legítima – embora a reconstituição do crime aponte que uma das vítimas foi baleada nas costas e outra tinha sete perfurações à curta distância – três delas no rosto. O perito que analisa o que restou da cena do crime admite que a hipótese de execução é "bastante forte".



Foto: Leonardo Savaris

Mesmo com provas, violência policial, às vezes, não chega à fase da denúncia ao Judiciário, diz o advogado Rodrigo Cabral

A prática da "sugação"

Por trás desse comportamento bélico, está a baixa qualidade de formação dos policiais brasileiros, além da estrutura militar das PMs – herança direta da ditadura militar (1964-1985). O assédio moral é a regra. O estudo mais recente sobre o tema, de 2014, mostra que a maioria dos cursos tem duração de apenas um ano (ou cerca de 400 horas-aula) e não oferecem disciplinas teóricas de Direito Penal, Constitucional ou Direitos Humanos.

Mais: quatro em cada dez dos 21 mil profissionais de segurança pública do país ouvidos pelo levantamento afirmaram já terem sido vítimas de tortura física ou psicológica nos treinamentos, enquanto 65 em cada 100 relataram humilhação por parte dos superiores.

No Rio Grande do Sul, uma pesquisa de mestrado, realizada no âmbito do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Ufrgs, mostrou que práticas consideradas desumanas e ultrapassadas continuam sendo largamente utilizadas na formação de PMs pela Brigada Militar. O trabalho, do professor Geverson Aparício Ferrari, relata noites de horror em quatro escolas de formação do Estado – Santa Maria, Porto Alegre, Montenegro e Esteio durante a prática da "sugação".

"Rastejar em valas com água podre e repleta de vermes é uma dessas práticas. Mas há também



Witzel posa com arsenal apreendido no Complexo do Alemão: partiu do governador do Rio a ordem para o massacre de 13 jovens no Morro do Fallet

as alvoradas festivas, em que os alunos são despertados à base de bombas de efeito moral, execução de 800 polichinelos, até a exaustão, corridas de duas, três horas à noite, com chuva, e muitas outras formas de humilhação. Dos 81 alunos entrevistados, apenas nove não haviam passado pela 'sugação', disse o pesquisador. Dos entrevistados, 44 relataram xingamentos dos superiores nas práticas de "sugação" e 72 avaliaram que o efeito foi mais negativo que positivo na sua formação.

O presidente da Associação

Nacional de Entidades Representativas de Policiais Militares e Bombeiros Militares (ANERMB), Leonel Lucas, reconhece que a formação dos PMs teve uma queda significativa nos últimos anos no âmbito das Academias de Polícia Militar do país. "No governo da Yeda Crusius [2007-2010], chegamos a ter cursos de formação de quatro meses, na medida em que havia déficit de efetivo. É compreensível a urgência, claro, mas não tem como formar um bom policial militar dessa forma", avaliou.

Em abril, a Associação realizou

um encontro nacional em Brasília em que tornou pública sua preocupação com a qualidade da política de segurança pública no país. De acordo com Lucas, há muita pressão dos superiores por resultados em face do aumento da violência urbana no Brasil. "A exigência por objetivos, por metas, passou a fazer parte da atividade. Mas, paralelamente, os efetivos diminuem, os equipamentos estão defasados e muita gente precisa trabalhar em turnos de até 12 horas pra dar conta da demanda", completou.

Cuidar da saúde deve ser uma preocupação de cada um.
Oferecer os melhores planos para isso é Sinpro/RS.

Planos de saúde e odontológico disponíveis para sócios e dependentes. Saiba mais em: sinprors.org.br/saude | 051 4009.2930 | convenios@sinprors.org.br



Unimed

UNIODONTO
PLANOS ODONTOLÓGICOS

sinprosaúde

SINPRO/RS
Sindicato Cidadão



As primeiras façanhas de Eduardo Leite

A participação popular não parece fazer parte do receituário do governador. No dia da votação da PEC 272, o prédio da Assembleia Legislativa amanheceu cercado por grades e tropas do Batalhão de Choque da Brigada Militar, reeditando o cenário construído pelo governo José Ivo Sartori (MDB) durante a votação da extinção das fundações

Foto: Palácio Piratini/ Divulgação



“Novas Façanhas.” Esse foi o slogan escolhido pelo governador Eduardo Leite (PSDB) como marca que apresenta a síntese do que pretende ser a linha política e administrativa de seu governo. A referência óbvia é a famosa passagem do Hino Rio-grandense: “Mostremos valor, constância/Nesta ímpia e injusta guerra/Sirvam nossas façanhas/De modelo a toda terra”. A guerra à qual a letra do hino faz referência, por sua vez, é a Revolução Farroupilha que, durante dez anos (1835-1845), opôs a então Província de São Pedro do Rio Grande do Sul ao governo imperial. Na publicação de 27 páginas editada para marcar os 100 primeiros dias de governo, as referências ao conceito de “façanha” são vagas e falam em “honrar nosso passado”:

“O Rio Grande do Sul tem um caminho claro para desenvolver seu enorme potencial econômico e social, e assim construir um novo futuro, com diálogo, consensos estratégicos, crescimento e desenvolvimento para todos. Mas não será um caminho fácil e nem indolor. Por isso, é hora de honrarmos nosso passado e construirmos, juntos, novas façanhas. Esta é a direção que estes primeiros 100 dias de governo apontam”, afir-

ma a publicação oficial do governo. Além de não ser indolor, esse caminho, informa ainda o texto de propaganda, exigirá “sacrifícios e ajustes”, apelo que recorre também ao espírito farroupilha do passado. O novo governo promete fazer isso buscando os “melhores profissionais do mercado” por meio de uma parceria com a Fundação Lemann e de uma “estratégia inovadora” de escolha. O documento não explicita que estratégia inovadora seria essa.

Uma das primeiras façanhas comemorada pelo governo Eduardo Leite foi a aprovação, na Assembleia Legislativa, por 40 votos a 31, da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 272, a qual retira da Constituição Estadual a obrigatoriedade da realização de plebiscito para a privatização da Companhia Estadual de Energia Elétrica (CEEE), da Companhia Riograndense de Mineração (CRM) e da Sulgás.

Em sua justificativa, o governo aponta o mecanismo do plebiscito como um “obstáculo burocrático” e sustenta que a possível venda dessas empresas públicas “dependa de procedimentos menos burocratizados, permitindo que o Poder Executivo possa dar segui-

mento às medidas necessárias para tornar a máquina administrativa mais enxuta, moderna e efetiva”. Ao final da votação da PEC 272/2019, no dia 23 de abril, na Assembleia Legislativa, o líder do governo, deputado Frederico Antunes (PP), foi mais direto: “Queremos colocar essas empresas à disposição do mercado”.

O governador Eduardo Leite defendeu também o fim do plebiscito com o argumento de que a privatização de empresas públicas seria um tema complexo demais para ser submetido à consulta pública e, dada essa complexidade (e a suposta falta de capacidade da população entendê-la), poderia resultar em escolhas erradas. A participação popular não parece fazer parte do receituário de Eduardo Leite para alcançar as façanhas que pretende. No dia da votação da PEC 272, o prédio da Assembleia Legislativa amanheceu cercado por grades e tropas do Batalhão de Choque da Brigada Militar, reeditando o cenário construído pelo governo José Ivo Sartori (MDB) durante a votação da extinção das fundações. O tema em questão não só era complexo demais para ser submetido à consulta popular, como também

para ser votado no Parlamento, exigindo um rígido esquema de segurança e de controle do acesso ao prédio do mesmo.

Ex-presidente da CEEE, Gerson Carrion ironizou a contradição entre a referência às façanhas farroupilhas para simbolizar a linha do novo governo e o desprezo à capacidade da população opinar sobre “temas complexos”. O povo gaúcho, observou ele, não só tem um histórico de se manifestar sobre complexidades, como também faz questão de exercer esse protagonismo, como foi o caso da própria Revolução Farroupilha e da Campanha da Legalidade.

No documento dos 100 dias do governo Eduardo Leite, a estratégia inovadora da Fundação Lemann para a busca dos “melhores profissionais do mercado” tem mais espaço que a participação. No texto, o único espaço mencionado para uma possível participação cidadã é de natureza digital e um tanto genérico: a tecnologia da informação será utilizada para incentivar a participação do cidadão no processo de tomada de decisão. Além disso, o cidadão também contará com um aplicativo para pesquisar preços, “principalmente de combustíveis”.

Manutenção de direitos e reposição da inflação marcam negociações

Apesar de não haver perspectiva de ganho real além da inflação do período, em um contexto recessivo pós-reforma trabalhista em que prevalece o acordado sobre o legislado, são consideradas positivas pelo Sindicato as tratativas que garantam uma convenção coletiva de trabalho com reposição da inflação e manutenção de direitos que foram conquistados em períodos mais favoráveis

Foto: Comunicação / Sinpro/RS



Tratativas se iniciaram em março e se estenderam até maio

por César Fraga

Os professores do ensino privado do Rio Grande do Sul avaliarão as negociações coletivas deste ano em Assembleia Geral convocada pelo Sindicato da categoria (Sinpro/RS) para 18 de maio, quando também irão deliberar sobre as propostas do sindicato patronal (Sinepe/RS) para renovação das Convenções Coletivas de Trabalho (CCTs) da educação básica e da superior. A assembleia será realizada às 14h, na sede estadual do Sindicato, em Porto Alegre (Avenida João Pessoa, 919).

As negociações coletivas foram iniciadas na primeira quinzena de março, com a entrega das pautas de reivindicações. Até o fechamento desta edição, já haviam sido realizadas sete reuniões nas duas câmaras. Na última rodada de negociação, havia uma proposta de renovação da CCT para a educação superior, porém na câmara da educação básica, ainda

ficou prevista uma nova rodada de negociações para o dia 7 de maio.

Esta é a segunda negociação a ser realizada após a aprovação da reforma Trabalhista, a primeira pós-Medida Provisória 873 e ocorreu junto à mobilização do movimento sindical e social contra a reforma da Previdência (PEC 06/2019).

PAUTA – Os professores também deliberarão, na Assembleia Geral do dia 18 de maio, sobre o desconto da contribuição assistencial/taxa negocial e o mês de sua incidência, o Balanço Patrimonial do Sinpro/RS de 2018, as mudanças no Regimento Eleitoral do Sinpro/RS, além da eleição da representação do Sinpro/RS para os congressos da Contee e da CUT e da participação dos professores na Greve Geral convocada pelas centrais sindicais para o dia 14 de junho contra a reforma da Previdência.

Tratativas continuam na câmara da educação básica

Para a diretora do Sinpro/RS Cecília Farias, a negociação está longa e difícil diante da resistência patronal em relação às principais reivindicações dos professores – 5% de reajuste salarial e aproximação em 20% dos valores da educação infantil e anos iniciais para anos finais –, mesmo diante dos argumentos sólidos e embasados em números apresentados na mesa de negociação. “A realidade das escolas de educação básica é muito boa. Em geral, receberam vários investimentos na estrutura física e não existe falta de alunos”, relata. “Porém, não inves-

tem no professor, que é o fator humano, decisivo na educação”, pondera

Diferentemente do ano anterior, em 2019 as instituições têm o terceiro ano do ensino médio – um problema que havia sido causado pela implantação do ensino fundamental de 9 anos –, o que também implica um aumento considerável no número de alunos e um incremento de receita. Segundo Cecília, na mesa de negociação, o Sinepe, em momento algum, contrapõe os dados apresentados e até concorda com eles, mas resiste em conceder o aumento aos professores.

Educação superior tem proposta para acordo

Ao final da sétima rodada, no dia 30 de abril, quando foram encerradas as negociações com a proposta de manutenção de direitos da CCT 2018 e a reposição dos 3,94% do INPC do período, as instituições de educação superior imediatamente realizaram a Assembleia das instituições de ensino para deliberar sobre a proposta negociada. “Foi um fato inusitado”, avalia Marcos Fuhr, diretor do Sinpro/RS.

Para ele, o resultado das tratativas reflete a realidade recessiva que o país está vivendo e que tem impactado especialmente na educação superior. “É público e notório que está havendo uma expressiva redução do número de estudantes e há ainda, segundo a patronal, redução dos créditos contratados.” Este cenário, afirma, não deu margem para que

houvesse qualquer expectativa que fosse além da reposição da inflação do período. Durante as tratativas, a comissão patronal propôs a reposição sem retroatividade, o que tomou boa parte das discussões. “Claro que o Sinpro/RS não aceitou. Isso significaria perda na massa salarial dos professores, assim como também não aceitou a redução da base de cálculo para as próximas negociações.”

“Foi um processo difícil, mas não houve perda de direitos. A principal vitória foi a manutenção do patrimônio de direitos que estão consagrados há mais tempo na Convenção Coletiva. O momento é de valorizar o que foi conquistado em períodos mais favoráveis. Preservar direitos tem sido o desafio maior das negociações daqui para frente”, conclui.

TRT4 mantém câmeras de vigilância fora de salas de aula

A primeira turma da 1ª Seção de Dissídios Individuais do Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região (TRT4) decidiu, no último dia 29 de abril, manter a proibição de câmeras em salas de aula no Colégio João Paulo I, de Porto Alegre, e permitiu câmeras de segurança em outras dependências da instituição.

Em agosto de 2018, o TRT4 concedeu liminar favorável ao Sindicato dos Professores do Ensino Privado (Sinpro/RS), que entrou com ação contra o uso de câmeras em sala de aula. A decisão do dia 29 incide apenas sobre a liminar, uma vez que a ação segue correndo na Justiça aguardando sentença.

“A demanda inicial do Sindicato permanece sendo atendida pela Justiça, uma vez que nossa ação sempre focou especificamente nas câmeras em sala de aula, o que permanece contemplado na decisão do TRT4. O Sindicato tem se pautado contra as câmeras nas salas de aula a partir da concepção pedagógica de que o processo de ensino-aprendizagem parte do respeito à privacidade da relação entre professores e alunos”, explica Cecília Farias, diretora do Sinpro/RS.

A sindicalista acrescenta que o Núcleo de Apoio ao Professor Contra a Violência (NAP), constituído pelo Sindicato, continuará a verificação de escolas que possam ter câmeras de vigilância nas salas de aula porque entende que o uso desse recurso é um exemplo de escolas que não conseguem passar claramente aos seus alunos os conceitos de respeito, de boa convivência e de aprendizado mútuo entre estudantes e docentes.



Instituição de ensino pode usar este recurso em outras dependências

DIREITO

Sinpro/RS alerta para a necessidade de arquivamento de contracheques

O Sinpro/RS está orientando os professores do ensino privado sobre a importância do arquivamento dos contracheques. Com a modernização dos processos administrativos, este documento vem sendo disponibilizado de forma eletrônica aos trabalhadores que, após o desligamento das instituições de ensino, têm seu login no sistema interno imediatamente interrompido, inviabilizando o acesso aos recibos de pagamento.

“Com a reforma Trabalhista, aplicada desde 2018, é ainda mais importante garantir o arquivamento deste documento, pois o contracheque demonstra a realidade do contrato de trabalho, as variações de carga horária, os reflexos e a composição das verbas pagas, bem como a base para o eventual cálculo das verbas rescisórias”, destaca Amarildo Cenci, diretor do Sindicato. “Isto evidencia ainda mais a importância dos professores para o zelo com todos os documentos que assinalem a

sua trajetória contratual com as instituições de ensino.”

As Convenções Coletivas de Trabalho firmadas com as representações patronais obrigam os empregadores a fornecer aos docentes, por meio físico ou eletrônico, cópia do contracheque. Nele, são especificadas as verbas que o compõem, como o valor da hora-aula paga ao docente no período, a carga horária trabalhada, as horas extras realizadas, além dos adicionais e a função exercida, assim como os descontos efetuados.

O Sinpro/RS orienta para que os professores salvem os contracheques geralmente disponibilizados em formato de arquivos PDF, em dispositivos de arquivamento como pen drives e discos virtuais na internet ou, até mesmo, enviados para e-mails de uso pessoal, que não sejam os oferecidos pelo local de trabalho, pois nestes o acesso também é bloqueado no caso de demissão.

A vantagem deste cartão é que quanto mais você usa, mais você ganha.

Com o Cartão do Associado, professores e dependentes aproveitam diversos produtos e serviços com descontos exclusivos.



Acesse sinprors.org.br/convenios, pesquise os descontos disponíveis na sua região e aproveite!



Professores do IPA aprovam indicativo de paralisação

Em Assembleia Geral realizada no dia 3 de maio, na sede estadual do Sinpro/RS, os professores do Centro Universitário Metodista (IPA) decidiram pelo indicativo de nova paralisação ainda neste mês. A deliberação de entrar ou não em greve será tomada em novas assembleias agendadas para os dias 8 e 21 de maio, tendo como condicionante as pendências dos salários de março e abril, respectivamente.

Os docentes já paralisaram as atividades, de 18 de fevereiro a 6 de março deste ano, pela falta de pagamento do salário de 30 dias de férias e parte do salário de janeiro. A mobilização dos professores contou com uma série de ações para dar visibilidade pública ao problema e buscar uma solução. Dentre elas, audiência pública na Comissão de Educação, Cultura, Desporto, Ciência e Tecnologia da Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul, denúncia ao Ministério Público e pedido de interferência da Igreja Metodista, proprietária do Centro Universitário Metodista. Na ocasião, os representantes da Rede Metodista se reuniram com o Sindicato somente dez dias após o início da greve para discutir o problema. Foi quando reafirmaram o pagamento dos salários em atraso. Os diretores do Sinpro/RS destacaram a importância da revisão da política acadêmico-administrativa que vem dificultando o aporte de alunos e comprometendo as perspectivas de continuidade do IPA.

A decisão da assembleia de nova greve foi tomada diante das perspectivas negativas da instituição e do acúmulo de dois salários em atraso.

O IPA, criado em 1923, é uma das mais conceituadas instituições de educação superior do estado.

NOTAS

FEEVALE – Iniciadas ainda no mês de janeiro, com seguimento em março e abril, as negociações entre o Sinpro/RS e a Feevale foram consolidadas pelas três assembleias de professores realizadas no final de abril. Trata-se de acordo que equacionou a atuação e remuneração dos professores na carga horária a distância nos novos cursos presenciais e para a produção de conteúdo para os cursos ofertados em EaD (Feevale Digital). Segundo o diretor do Sinpro/RS, Rodrigo Perla, “a complexidade do assunto exigiu muitas reuniões, e a preocupação do Sindicato com a legitimidade do acordo ensejou a assembleia dos professores em três momentos para deliberação”.

URCAMP – No dia 14 de maio, serão retomadas as tratativas entre o Sinpro/RS e a Urcamp para resolver a remuneração dos professores com atuação nos cursos com Currículo I. A proposta negociada pelo Sindicato com a Reitoria teve sua votação suspensa por decisão do segmento majoritário da assembleia de professores, ocorrida em Bagé, no último dia 25 de abril. Nova assembleia será reinstalada tão logo o Sinpro/RS tenha uma nova proposta para deliberação.

REFORMA DA PREVIDÊNCIA – O Sinpro/RS disponibiliza em seu site (www.sinprors.org.br) o abaixo-assinado lançado pelas centrais sindicais contra a proposta de reforma apresentada pelo governo Bolsonaro. O documento será entregue no início de junho ao presidente da Câmara dos Deputados, Rodrigo Maia (DEM-RJ), como forma de pressionar os parlamentares. No site do Sindicato, também está disponível ferramenta exclusiva para os professores que calcula os prazos de aposentadoria pelo regime atual e pela proposta da reforma.



O dia a dia na sala de aula exige seu uso constante e, muitas vezes, ininterrupto, durante longas jornadas de trabalho.

Você estará ajudando (e muito) a preservar a sua saúde vocal se adotar o aquecimento vocal rotineiramente. Dentre eles, estão:

- Sons vibrantes de lábios e língua (*brrrrr, trrrrr*).
- Sons fricativos sonoros (*vvvvv, jjjjj, zzzzz*).
- Sons nasais (*mmmmm*).

Faça-os no tom habitual e em escalas, e com intensidade adequada por cerca de 10 a 15 minutos.

Dicas para uso da voz na sala de aula

- Evite falar rápido.
- Articule bem as palavras, faça pausas expressivas e respiratórias.
- Coloque sentimentos na voz de maneira consciente (alegria, surpresa, alívio, etc.), com objetivo de envolver os alunos.

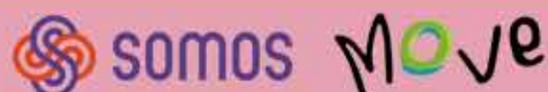
Se possível, use microfone.

Fique ligado em alguns sintomas

- Rouquidão por mais de 15 dias.
- Cansaço na voz ou esforço para falar.
- Piora da qualidade vocal com o uso (perda da potência, fraqueza, disfonia), ao longo do dia ou da semana.
- Dificuldade de expressar intenções através da voz (gerando desentendimentos frequentes).

Acesse a Plataforma Somos Move e encontre mais dicas e orientações de especialistas de diversas áreas da saúde, exercícios, planilhas de caminhada e de corrida, receitas, planos alimentares *lowcarb* e muito mais para ajudar você a viver melhor e com mais qualidade de vida.

somos.pacevida.com.br/sinprors



Cine Kaingang: luz, câmera, resistência

por Gilson Camargo

O jornalista Washington Novaes oferece em seu livro *Xingu, uma flecha no coração do Brasil* o caminho para o respeito à cultura dos povos originários. "Entender o índio, a sua cultura e respeitá-lo implica despirmo-nos desta nossa civilização. Porque o encontro com o índio é um mergulho em outro espaço, em outro tempo."

Em uma perspectiva semelhante, o projeto *Múltiplas Leituras – povos indígenas e interculturalidade*, criado há 15 anos pela Universidade Feevale, passou a desenvolver oficinas de filmagens na comunidade indígena Kaingang Por-Fi, que abriga 45 famílias, no bairro Feitoria, em São Leopoldo. As atividades são ministradas pela professora Rosana Vaz Silveira, do curso de Publicidade e Propaganda, e o projeto envolve docentes e acadêmicos de História e de outras áreas. A produção audiovisual integra a Escola Estadual Indígena da comunidade e surgiu de uma necessidade de registro do relato de pajés e anciões como forma de preservação dos ensinamentos da cultura Kaingang para as próximas gerações, explica Rosana. "Entende-se que a cultura indígena precisa de um olhar narrativo dos próprios indígenas. Com isso, os integrantes do projeto doaram uma câmera filmadora para que o professor da escola pudesse coletar cenas do cotidiano, assim como demonstrar a prática para as crianças. Essas cenas coletadas são projetadas na escola para que se possa construir, de forma coletiva, a visão indígena diante de suas atividades."

O contato com os brancos no meio urbano tem um alto impacto cultural para a comunidade, especialmente para os jovens, conforme relatam as lideranças da reserva. "Assim, em um processo de afirmação identitária, há também a busca por projetos de fortalecimento cultural, que se colocam para muitos povos na retomada de seus territórios tradicionais, na retomada de suas línguas ou outros aspectos da cultura", explica Rosana Silveira. Segundo a coordenadora das oficinas de filmagens, para os Kaingang, a retomada cultural tem se colocado nas questões de rituais religiosos e nos conhecimentos tradicionais dos pajés. "A busca por preservar aquilo que anteriormente se dava pela conservação da memória de forma oral, agora passa por uma apropriação das linguagens audiovisuais, com as quais eles se identificam, mais do que com a preservação pelo modo escrito."



Fotos: Múltiplas Leituras/Divulgação

Crianças da comunidade Kaingang Por-Fi, em São Leopoldo, produzem audiovisuais sobre o cotidiano na aldeia

A seção Intervalo se propõe a revelar o perfil humano dos professores ao relatar experiências de educadores que desenvolvem atividade diversa da docência, seja de forma profissional ou como passatempo. Envie sua sugestão aos editores: extraclass@sipr.org.br.

PALAVRA DE PROFESSOR

por Lucas C. Roxo

Filósofo, professor na Fundação Bradesco e consultor educacional.

MEC sob efeito da política de simulacro

No jogo de poder político no Brasil, configurou-se a política de simulacro como modo de fazer política, segundo o movimento da aparência e da estetização do poder.

Esse tipo de política opera mediante cavalos de troia, cortinas de fumaça, manipulação do imaginário coletivo, uso do discurso de negação do outro e da política, com falas e discursos moralistas, narrativas contra-históricas, desviando a atenção do essencial para o aparente e periférico. Nela, se desenrola o espetáculo da imagem, para onde o senso comum converge. É a política da distração, do engano e da irracionalidade.

A preocupação do presidente da República com *golden shower*, com a negação do golpe de 64 e da ditadura no Brasil; da ministra Damare Alves com 'menino veste azul e menina veste rosa'; a afirmação do ministro Ernesto Araújo de que o 'Nazismo é de esquerda e não de extrema direita' e que o 'marxismo cultural' deve ser combatido, reflete o jogo do aparente nos discursos e nas ações do governo federal, em que seus ministros atuam como simuladores, ou seja, estão ali para desviar e prender a atenção, enquanto desconstituem a soberania do país e a própria Constituição.

O Ministério da Educação e Cultura (MEC) está sob influência ideológica do antimarxismo cultural. Tanto o ex-ministro Vezel Rodrigues quanto o atual, Abraham Weintraub, são ramificações do mesmo jogo simulacral. O primeiro, simbolizava o ataque à ideologia de esquerda, a disciplina nas escolas com regras militares e alteração dos fatos históricos nos livros didáticos; o segundo, recém-empossado, representa o viés econômico e a mercantilização da educação e o seu retrocesso, evidenciada, também, na fala do presidente: "Nós queremos uma garotada que comece a não se interessar por política".

O cidadão *apolítico* que o presidente da República deseja educar é o idiota. O mesmo *idiotes* grego, que preferia não usufruir da liberdade pública para viver o seu mundo privado. Hoje, o mundo privado oscila entre o conservadorismo moralista e a internet como caverna degenerativa dos fatos pelas imagens, onde esse tipo de política atua soberana sobre as mentes, convertendo-as em simulacros mímicos da ignorância, do anti-intelectualismo e da alienação.

A *política de simulacro* está minando as instituições, degenerando o poder, a política e desqualificando a democracia.

Os artigos para esta seção devem ser enviados até o dia 15 de cada mês com 2.300 caracteres para o e-mail palavradeprofessor@sipr.org.br.



Prevenindo a violência nas escolas

Nos primeiros dias após o massacre na Escola Estadual Professor Raul Brasil no município de Suzano (SP), muitas escolas receberam ameaças de pretensos atiradores. No RS, a Polícia Civil registrou várias dessas ameaças. A apreensão dos pais e das comunidades cresceu muito, como era de se esperar

Foto: Reprodução



É preciso discutir o tema tendo presente as evidências produzidas por estudos científicos, o que também ajudará a reduzir o medo. Massacres em escolas são, afinal, eventos raros. Mesmo nos EUA, que acumulam vários casos, o risco é baixo. Em 10 anos, entre 1996 e 2006, 207 estudantes foram mortos em escolas norte-americanas, uma média de 21 homicídios por ano. Há 125 mil escolas de ensino fundamental e médio nos EUA, o que significa que o risco por escola é o de um homicídio a cada seis mil anos. Um ano após o massacre de Columbine (1999), 71% dos pais norte-americanos manifestavam grande preocupação com a segurança de seus filhos nas escolas. No ano do massacre, 17 estudantes foram mortos nas escolas daquele país, o que é horrível e inaceitável, mas, nesse mesmo período, mais de 2,5 mil jovens foram mortos nas ruas e mais de 9,7 mil morreram em acidentes nos EUA.

Inicialmente, seria preciso que o Brasil produzisse um protocolo sobre como eventos dessa natureza devem ser tratados pela mídia. O que vimos após o massacre de Suzano foi um festival de irresponsabilidade dos veículos

de comunicação, que ofereceram aos assassinos aquilo que eles almejavam: fama. Ao invés das matérias jornalísticas focarem no sofrimento produzido e no perfil das vítimas, destacaram a trajetória dos autores, seus planos, ideias e *modus operandi*; uma postura que contrasta, por exemplo, com a posição assumida pela primeira-ministra da Nova Zelândia, Jacinda Ardern, que, discursando no Parlamento após o massacre de Christchurch, quando um atirador disparou contra muçulmanos em duas mesquitas, matando 50 pessoas, disse: "Falem os nomes daqueles que se foram, em vez do nome daquele que os tirou de nós". Sempre que se promove a identidade dos autores de atentados, aumenta-se o risco da imitação, o chamado efeito *copycat*, um fenômeno identificado há muito quanto aos casos de suicídios, o que fez com que a mídia passasse a tratar esses eventos com muita discrição e cuidado.

Ao mesmo tempo, precisamos de uma política eficiente para a prevenção à violência nas escolas brasileiras, o que exige um protocolo com procedimentos padronizados construídos com os professores, a sociedade civil e as polícias.

Deveríamos começar por abordagens concretas *antibullying*, um tema que segue sendo menosprezado no Brasil, e focar as atenções no ambiente escolar. Crianças e adolescentes da escola pública já experimentam uma realidade de alto estresse em suas comunidades. São também jovens com vulnerabilidades diversas. Se somarmos a isso um ambiente tóxico na escola, a violência será um resultado bastante previsível.

A realidade de crise na Educação e as graves dificuldades já vividas pelos professores conformam um cenário que dificulta o próprio debate sobre a violência e as formas de evitá-la, o que é compreensível. Entretanto, a prevenção à violência nas escolas deve ser concebida como algo tão importante quanto o ensino de Matemática ou Português. A experiência internacional indica, inclusive, que cada escola deve montar uma Equipe de Monitoramento de Ameaças com professores, profissionais de Saúde Mental e agentes de segurança que procurarão identificar circunstâncias perigosas e jovens com algum distúrbio ou em sofrimento intenso. Esses não devem ser estigmatizados como "problemáticos" ou "ameaçadores", mas receber

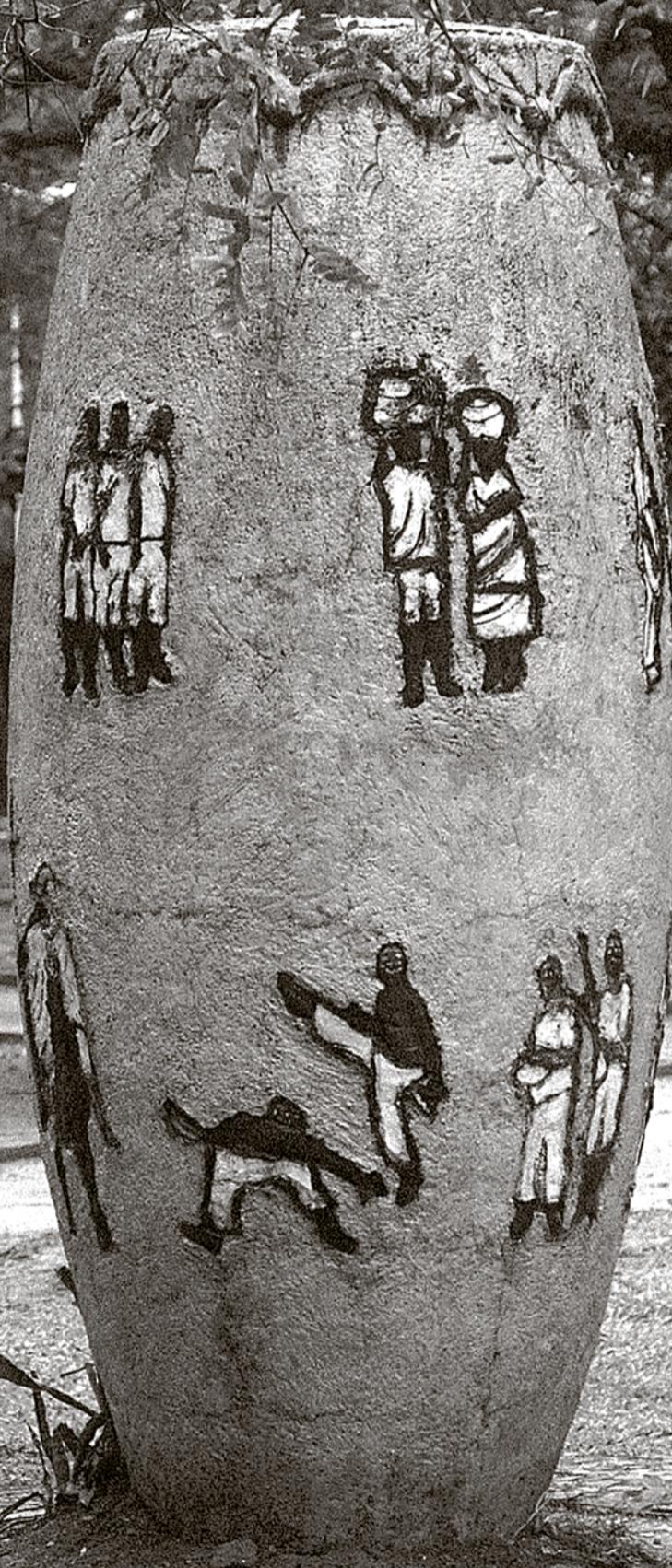
a ajuda de profissionais habilitados. Como sempre, é a atenção às pessoas que costuma fazer toda a diferença.

Jovens que praticam atos de violência extrema não possuem um único perfil, mas há elementos comuns nas tragédias. Massacres em escolas, por exemplo, costumam ser preparados por quatro circunstâncias básicas: Frustração + Ideação Suicida + Revolta + Arma de Fogo. Um ambiente escolar seguro, por isso mesmo, não é definido pelo tamanho dos muros, pela quantidade de grades, pela presença de catracas, câmeras ou agentes de segurança. Uma escola é segura quando os estudantes conversam entre si e com os professores sem qualquer constrangimento; quando há relações respeitadas entre todos; quando a escola interage com a comunidade; quando o estabelecimento possui um plano de prevenção conhecido por todos e com responsabilidades definidas; quando os professores e funcionários recebem o devido apoio para sua capacitação em estratégias de prevenção e quando há uma rede de atenção básica, com profissionais de Saúde e do Serviço Social oferecendo apoio constante.

Arte⁺

ENCANTARIAS AFRICANAS

Religiões e lutas
do Maranhão
a Porto Alegre



por Cristina Ávila

Solares, sobrados, casarios térreos com o requinte dos azulejos portugueses. Palácios, igrejas, conventos. Tudo remete ao passado de riquezas no belíssimo e assombrado centro colonial de São Luís do Maranhão. Só as pedras parecem gritar sofrimentos, rudes, a se elevarem pesadas pelas lombas difíceis de vencer. Todas as noites se ouvem os sons dos tambores, a invocar a presença de caboclos e seres encantados. Negros e negras dançam capoeira, cultuam magias. Porque dor e escravidão no Brasil, há séculos, motivam força, luta e resistência; nas senzalas, nas casas, nos terreiros, nos altares, nas ruas e cada vez mais nas universidades.

“Estamos aquilombando a universidade”, afirma a maranhense Dayanne da Silva Santos, que há dois meses mora em Porto Alegre, fazendo doutorado em Sociologia na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (Ufrgs). Negra, feminista, ingressou na graduação como cotista, é neta de uma marisqueira e de um pescador. Foi criada no mar, em São José de Ribamar, município ali pertinho do Centro, onde até poucos dias costumava participar dos encontros étnicos. A mãe é lavadeira de roupas e criou os filhos com auxílio do Programa Bolsa Família.

Aquilombar a universidade tem para Dayanne um sentido mais amplo do que fazer parte de uma geração que rompeu o racismo e a exclusão social, chegando ao ensino superior. Ela vem para o Rio Grande do Sul trazendo vozes de uma multidão de comunidades tradicionais maranhenses vitimadas pela degradação de territórios localizados na abrangência de empreendimentos econômicos, implementados pelo governo federal. Sua experiência revela falas de quilombolas e de encantados, seres invisíveis protetores da natureza. Seu orientador na Ufrgs é o antropólogo cabo-verdiano José Carlos Gomes dos Anjos.

“O professor vem pensando e escrevendo sobre relações interétnicas, sobre políticas públicas, sobre o que são e por que geralmente não funcionam para a população

negra. Ele tem trabalhos sobre religiosidade afro-brasileira e sua importância nas lutas políticas por liberdade e cidadania”, explica Dayanne. Ela se identifica com José dos Anjos por diversos trabalhos, mas cita um em especial: a etnografia que fez nos anos 1990 sobre a remoção de oito terreiros e 113 famílias da Vila Mirim, próximo ao centro de Porto Alegre, para dar lugar ao entroncamento de três avenidas, uma delas a Nilo Peçanha.

José Carlos dos Anjos militou contra a remoção da vila, e nesse processo acabou se iniciando como filho-de-santo da Mãe Dorsa, uma das principais lideranças dos moradores. “Assisti de perto à forma como a Mãe Dorsa sofreu. Eles não lutavam somente porque não queriam ser removidos, mas porque a remoção atingia um espaço sacralizado.” O antropólogo ressalta a existência de seis quilombos hoje em Porto Alegre. “As comunidades negras fortemente territorializadas, com traços culturais que vinculam um povo a um território, hoje têm uma ferramenta importante que é a caracterização como quilombolas. Hoje, são seis comunidades parecidas com a Vila Mirim que conseguem se manter em seus territórios justamente por reivindicarem a condição de quilombos urbanos. Uma pena que isso não aconteceu com a Vila Mirim.”

Nas lutas quilombolas no Maranhão, os principais conflitos estão na abrangência da Estrada de Ferro Carajás, que escoava anualmente 230 milhões de toneladas, do Pará ao porto de São Luís, passando por 27 municípios. Um desses municípios é Itapecuru-Mirim, a 120 km da capital maranhense, que tem mais de 70 territórios quilombolas, entre eles Santa Rosa dos Pretos, com 20 comunidades impactadas por duas ferrovias, dois linhões de transmissão de energia, grilagens e a BR-135, que divide o território ao meio. Para visitarem o vizinho, as crianças andam a dois metros de distância de caminhões e automóveis que passam em alta velocidade. A briga agora é contra o plano do governo federal de duplicar a estrada.

Conflitos ambientais, colonialismo e racismo nesse processo em Itapecuru-Mirim fazem parte



A maranhense Dayanne Santos: doutorado em Sociologia sobre a desarticulação de comunidades tradicionais no Maranhão e no RS

do objeto de estudos que Dayanne irá fazer nos próximos quatro anos na Ufrgs. E ela chega no doutorado no Rio Grande do Sul depois de ter morado no quilombo Santa Rosa dos Pretos. No mestrado, estudou a relação de pessoas e encantados na luta pela permanência e titulação do território quilombola.

“Nem sei se posso explicar o que são os encantados”, exclama, provavelmente temendo resvalar em segredos que não pode contar. “Cada casa tem seu fundamento, seu axé, nenhuma é igual à outra, muito menos no que diz respeito a festas e obrigações. E por isso a encantaria, os encantados são um grande mistério, até mesmo para as mães e pais-de-santo. Mas, pensando a partir das conversas e experiências que tive, a partir de um território negro composto por mais de 20 quilombos, em uma rica rede de parentescos marcados por casamentos e apadrinhamentos tanto de pessoas com pessoas, como de pessoas com encantados, digo que são expressões muito fortes de quem já foi escravizado, resistiu às chibatadas e está resistindo à colonialidade moderna.”

Em geral, no Maranhão, se diz que encantados podem ser espíritos desencarnados, mas podem também nunca terem sido gente. São seres que incorporam em pessoas, chamadas *aparelho*, *cavalo*, *filha* ou *filho-de-santo*. Mas essa não é a única forma de comunicação. Conta-se que muitas crianças brincam com encantados e, às vezes, convivem com eles como se fossem gente comum. Em

Santa Rosa dos Pretos, a mãe-de-santo do Terreiro Nossa Senhora dos Navegantes, dona Severina, faz festas de aniversário de encantados da família Légua Boji. De madrugada, no intervalo dos rituais religiosos, eles sentam com as pessoas pra descansar, conversam, tomam cerveja. Cantando, Pedro Légua explica, então, que seu parentesco é extenso e que todos moram nas matas do município de Codó. A voz da entidade é linda. Parece que a própria Clementina de Jesus é quem está cantando.

“Assim, o tambor de crioula assume a forma de tambor de luta. O tambor é uma forma de reescrita dos quilombolas, pois, ao expressar o cotidiano da vida no território, nos permite entender as dimensões e as filosofias que não são ditas ou escritas, mas sentidas. O tambor de crioula, o tambor de mina, a dança do coco, a capoeira e muitos outros batuques de pretos são expressões que permitem romper silêncios em prol das demandas sociais e dos valores democráticos que asseguram aos quilombolas o direito ao território e de se identificarem etnicamente. Falar incorporado de si mesmo é estar em um processo constante que provoque rupturas em formas hegemônicas, racistas e colonizadoras. Falar incorporado de si mesmo é saber que somos Ubuntu, ou seja, ‘sou quem sou porque somos todos nós’, em relação uns com os outros, pessoas, natureza, território e encantados”, resume a estudante da Ufrgs.



FRAGA

Minha terra, minha língua

No memorável samba da Mangueira, a campeã de 2019, um primor de síntese histórica: "Desde 1500 teve mais invasões que descobrimentos." Perfeito abre-alas pro assunto da vez



Da invasão nos tímpanos dos donos do lugar, porém, nada se diz. A língua portuguesa soou e ainda soa aos índios (esse eterno gentílico equivocado) imperativa e impositiva. De lá pra cá, a língua portuguesa virou audição coercitiva.

Lá por 1600, os indígenas eram milhões e os portugueses, milhares. Hoje é o contrário. Graças ao entrelaço entre a fala autoritária e surda do branco, os indígenas passaram da voz ativa para a passiva.

Sob o domínio português – invasor e língua –, as nações indígenas habitam esse território abstrato, a terra prometida que não é demarcada. E se acaso a demarcam, outras tribos – branconas e mandonas e valentonas – a invadem. Aí a voz do dono legítimo é calada, ou no grito ou no tiro.

As barreiras pro indígena aprender português não são poucas: incompreensões fonéticas, obstáculos sintáticos, cruciais regências verbais, vocabulário aculturador. Dificuldades onde o branco também tropeça. Mas enquanto o indígena se dedica, o branco o deixa falando sozinho. As autoridades não dão ouvidos, a maioria da sociedade finge que escuta.

Se o branco se empenhasse em aprender uma língua nativa tanto quanto os povos se esforçam no português, a luta indígena não seria tão exaustiva, nem as reivindicações tão infrutíferas. A indisposição oral do branco e a indiferença com os hábitos e costumes indígenas colaboram para um massacre cultural. Há 519 anos se aproxi-

ma uma extinção étnica.

Sem escrita, o indígena tem urgência de ser ouvido – antes de serem dizimados pela arma mais poderosa que os governantes usam contra os direitos deles: a caneta (essa metáfora não é minha, é do saber deles). Marginalização não é só à beira da estrada.

A violência contra os indígenas vai além dos ataques armados. Chegam a sutilezas, como nas visitas do conselho tutelar a acampamentos de Kaingangues e outros povos do RS. Ao ver as crianças de pés sujos, o conselho tutelar opina: usem calçados. Não importa se as crianças são saudáveis, livres e felizes na mata. Ora, pé sujo nunca matou ninguém: fosse assim, a humanidade teria acabado no barro da pré-história. O conselho tutelar quer civilizar o indígena sem ser civilizado com ele.

Para o branco conviver melhor com o indígena, e vice-versa, um bom aprendizado de línguas viria da integração de infâncias – brancas, negras e indígenas. Brincando, brincando, em pouco tempo se entenderiam. E os primeiros políglotas desses encontros passariam esse conhecimento adiante, algo conciliador para as novas gerações.

No caso das nações tupis-guaranis, a máxima de Fernando Pessoa – minha pátria é minha língua – não faz sentido. Desde o "descobrimento" nossos indígenas sabem: não há diálogo com quem impõe monólogo.



PROGRAMAÇÃO
ECARTA

Confira a agenda cultural completa em ecarta.org.br ou 51. 4009.2971.

SHOWS

Porto Alegre | 18h | entrada franca

11/5 – Negra Jaque em *Deus que Dança*

25/5 – Tributo a Mercedes Sosa por Tatiéli Bueno

ARTES VISUAIS

Porto Alegre | entrada franca



7/5 | 19h – Abertura da mostra de **Clóvis Dariano**, com curadoria de Mônica Zielinsky. Foram convidados para fazer a leitura das obras Alexandre Santos, Camila Schenkel, Denis Rodriguez, Eduardo Veras, Giordano Gio, Luciana Paludo, Neiva Bohns, Niura Ribeiro, Rafael Pagatini, Ricardo Ayres e Rochele Zandavalli.

Visitação: Até 9 de junho de 2019, de terça a sexta-feira, das 10h às 19h; sábado, das 10h às 20h; e domingo, das 10h às 18h.

VINHO Porto Alegre

Vinícola do Giovanni

Apresentação: Daniel Panizzi, diretor da vinícola.

7/5 | 19h30 | Inscrição: R\$ 45,00.

O serviço do vinho e espumante, a alma dos restaurantes

Ministrante: Paula Behr, turismóloga e instrutora de A&B

23/5 | 19h30 | Inscrição: R\$ 45,00.

ECARTA ANFITRIÃ Porto Alegre

24 e 25/5 – Curso Gestão de Projetos e Atualização da Lei Rouanet. **Ministrantes:** Adriana Donato e Daniel Bender Ludwig, produtores.

Inscrição: R\$ 300,00.

CONVERSA DE PROFESSOR

Porto Alegre – Inscrição gratuita

17/5 | 19h – Processos saudáveis de desenvolvimento na primeiríssima infância.

Ministrante: Ângela Coronel, mestre em Educação.

CULTURA DOADORA

Porto Alegre – Entrada franca

29/5 | 9h30 – Da doação de órgãos ao transplante.

Público: Funcionários do Incra e Ministério da Agricultura.



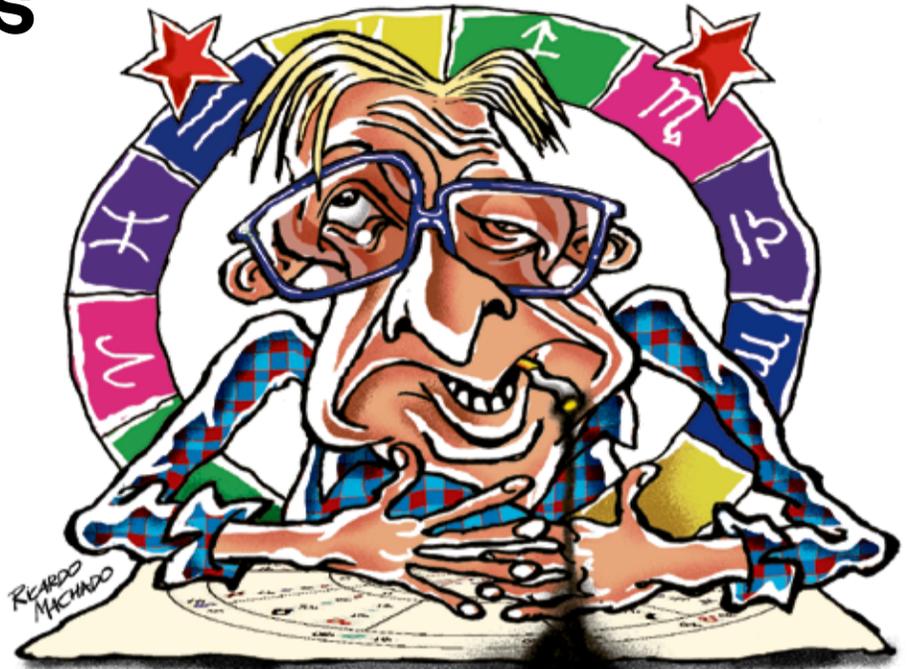
VERISSIMO

Guerra das estrelas

Se os astros falharem... não faltará um suprimento de estrelas saudosas de outra natureza, prontas para intervir

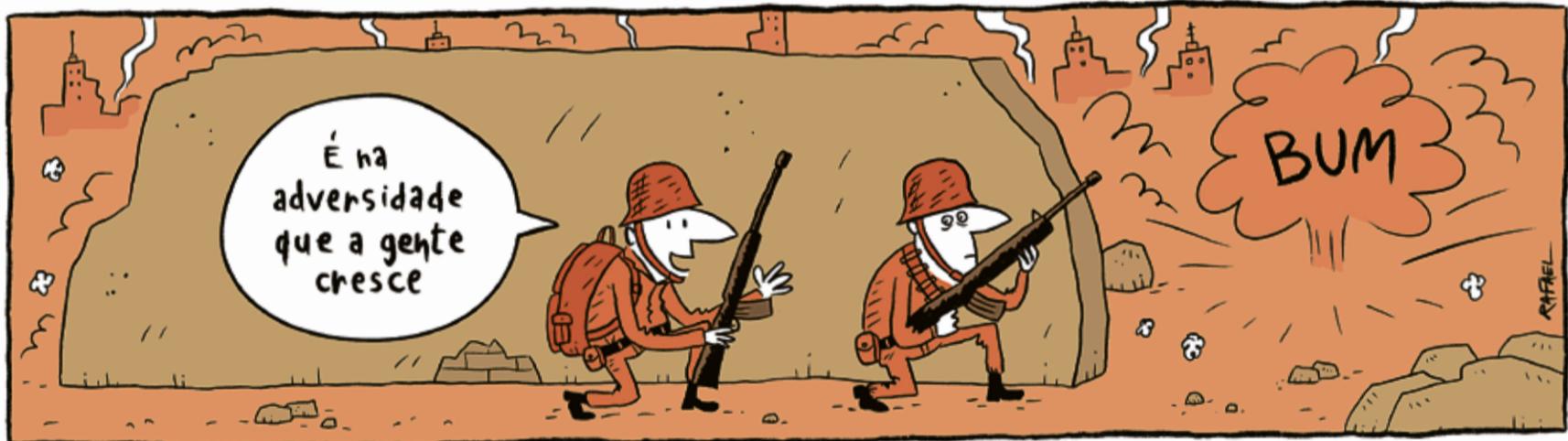
“Nosso futuro está escrito nas estrelas”, disse Shakespeare, ou Brutus pela mão de Shakespeare. Também disse o contrário: que nosso destino vem, não do alto, mas das nossas entranhas, e quem somos nós para exigir que, além de ser Shakespeare, Shakespeare seja coerente? No Brasil de Bolsonaro, podemos escolher não só quem ou o que nos guiará, mas os detalhes da sua natureza. Para orientar-se e orientar a nação neste começo de governo, Bolsonaro escolheu as estrelas. Para assegurar-se de uma relação direta com as estrelas, escolheu, para começar, um astrólogo famoso. Se os astros falharem... não faltará um suprimento de estrelas saudosas de outra natureza, prontas para intervir.

O Paulo Guedes não usa estrelas nos ombros, nem - que se saiba - metafóricas, mas seus sonhos americanistas e seus delírios de mercado aberto, custe socialmente o que custar, devem fazer dele talvez o mais perigoso dos nossos guias. Comenta-se em Brasília que na volta dos Estados Unidos, onde ouviu a notícia de que a Petrobras não aumentaria o diesel, Guedes foi ao escritório de Bolsonaro, que trancou a porta. Durante duas horas, só se ouviu uma voz de dentro do escritório. Na saída, Bolsonaro suave e parecia trêmulo. Durante as duas horas, ele só ouvira reprimendas e ameaças do presidente. Acabara tendo de ouvir a pergunta humilhante: o senhor não sabe, seu Jair, no que nós nos metemos? Em que briga de cachorro grande?



A situação é essa. Estrelas graduadas, metidas com estrelas metafísicas, metidas com estrelas liberais, numa constelação em choque, ou várias constelações engalfinhadas num pega sideral, até que se definam. Quem vencerá? Não se sabe nem quem está na frente. Os militares têm as armas e o hábito, embora se digam regenerados e teimem em representar essa nova normalidade. O Olavo de Carvalho representa uma excentricidade de um só, o que não deixa de ser uma credencial política. Não sei se anda armado.

RATO FALHO / RAFAEL CORRÊA



RANGO / EDGAR VASQUES



Retirar direitos para gerar empregos.

Cortar verbas das universidades para melhorar o ensino.

Reduzir a fiscalização para proteger o meio ambiente.

Gravar professores para promover a liberdade de aprender e ensinar.

Liberar armas para promover a paz.

**E agora querem acabar com a Previdência Social
para garantir a sua aposentadoria.**

REAJA!

**REFORMA
DA PREVIDÊNCIA**

NÃO ACABA COM PRIVILÉGIOS

**ACABA COM A SUA
aposentadoria**

SINPRO/RS
Sindicato Cidadão